

Diário do

ACIONISTA

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 24, 25 e 26 de outubro de 2026 • Nº 2411 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal

Tempesta

O nosso
verdadeiro
senhor e
libertador

PÁGINA 5

OFERTAS DE CRÉDITO

Banco Central

reforça regras

de proteção ao

consumidor

As propagandas de empréstimos obedecerão a novas regras a partir do próximo ano, decidiu nesta sexta-feira o Banco Central (BC). O órgão aprovou três resoluções para reforçar a proteção dos consumidores na contratação de crédito. As mudanças também criam um painel para consulta de dívidas e aumentam as exigências para a oferta de crédito durante transações pelo Pix. As medidas buscam evitar ofertas inadequadas, dar mais clareza sobre os custos dos empréstimos e ajudar os clientes a avaliar se conseguem assumir novas dívidas. As regras também preveem proteção adicional para pessoas em situação de vulnerabilidade financeira. As resoluções serão implementadas em etapas. **PÁGINA 2**

HOSPITAL

Polícia Civil

investiga seis

mortes de

bebês em SP

A Polícia de São Paulo investiga a morte de seis crianças no Hospital e Maternidade Salvalus, da rede Hapvida NotreDame Intermédica, na capital paulista. A secretaria de segurança pública de São Paulo (SSP) diz que os casos ocorreram neste ano e foram comunicados oficialmente na quarta-feira. A apuração está sob responsabilidade do 8º Distrito Policial (Brás). "A autoridade policial realiza diligências, inclusive com as oitivas de profissionais de saúde e testemunhas, análise integral dos prontuários médicos, visando esclarecer as causas das mortes", diz a SSP. O hospital Salvalus diz tratar os relatos com máxima seriedade e ressalta que situações clínicas distintas não podem ser atribuídas a uma mesma causa. **PÁGINA 4**

IBGE

Prévia da inflação cai pela metade em outubro

A prévia da inflação oficial de outubro ficou em 0,32%, menos da metade do mês anterior (0,7%), conforme divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta sexta-feira. O resultado faz com que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acumule 4,62% em 12 meses. Esse patamar fica acima da meta do governo, que tolera até 4,5% ao ano. Em setembro, o acumulado de 12 meses era 4,47%. Em outubro de 2025, o ín-

dice marcou 0,18%. No grupo alimentação e bebidas, o IBGE destaca que a alimentação no domicílio subiu 1,01%. Em setembro, variou 0,38%. O tomate, aliás, foi o preço individual que mais pressionou o IPCA-15. Pelo lado dos recuos, os principais subitens foram cenoura (-10,67%), frutas (-1,37%) e café moído (-1,16%). No grupo transporte, a alta foi pressionada pelos combustíveis, que subiram 1,2% em outubro. **PÁGINA 2**

AMIGÃO DE FLÁVIO

Moraes bloqueia até R\$ 6 bi

do advogado Willer Tomaz



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta sexta-feira o bloqueio de até R\$ 6 bilhões do advogado Willer Tomaz. O ministro também ordenou quebra dos sigilos bancário, fiscal e cambial, além da suspensão dos passaportes e a paralisação das atividades econômicas, financeiras e empresariais de todas as empresas do advogado. Willer é investigado pela Polícia Federal (PF) por suspeitas de lavagem de dinheiro relacionado a negócios envolvendo bets. O valor bloqueado se refere a bens móveis, imóveis, aviões e barcos. As medidas foram tomadas pelo ministro após a PF descobrir que Willer Tomaz viajou para Miami, nos Estados Unidos, após ser alvo, em agosto, de busca e apreensão na Operação Sem Desconto, que investiga descontos indevidos nas aposentadorias e beneficiários do INSS. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), o Banco Central, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) serão comunicados sobre a decisão para efetuarem os bloqueios determinados. Com a ordem de quebra de sigilo, as instituições bancárias deverão fornecer todos os dados bancários de Willer Tomaz, incluindo a Alcazar Holdings, sediada na Ilha da Madeira, em Portugal. **PÁGINA 7**

EVENTOS



LULA MARQUES/ABRASIL

Lula pode perdoar

R\$ 15 bi de dívidas

de empreendedores

O coordenador da campanha de reeleição do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**), Camilo Santana, confirmou nesta sexta-feira, que governo vai encaminhar projeto de lei que propõe o perdão de dívidas ativas com a União de empresário do setor de eventos, restaurantes e bares enquadradas no Simples Nacional. Montante de débitos é de R\$ 15 bilhões e medida pode atingir até 400 mil empreendedores. "Vamos encaminhar projeto de lei que possa perdoar a dívida ativa com União de todo o setor de eventos, inclusive muitos do Simples Nacional, donos de restaurantes, de bares. Essa dívida chega a R\$ 15 bilhões, são quase 400 mil empreendimentos", disse Camilo, que se encontrou com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA (0,54%) / 205.430,33 / 1.106,07 / Volume: 84.266.876.635 / Negócios: 4.833.948										Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.621,00		IGP-M	1,57% (set.)		EURO turismo					
Mais Negociados					Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento			Ufir-RJ	R\$ 4,9604		IPCA	0,82% (set.)		Compra 5,7549	Venda: 5,9349				
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.														
MGLU3	11,11	+6,93	+0,72	PSVM11	14,00	+32,08	+3,40	PDGR3F	0,26	-72,63	-0,69	Dow Jones	52.002,41	-0,34	S&P 500	7.659,44	-1,09	(16/09)	13,75%	CDI	(16/09)	13,65%	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,0826	+0,60%
PETR4	59,68	+4,04	+2,32	FSRF11F	0,09	+28,57	+0,02	PDGR3	0,25	-72,22	-0,65	US Tech 100	28.320	-2,75	TR			(17/10)	0,1687%	OURO	BM&F/grama/RJ	R\$ 672,24	DÓLAR comercial	Compra: 5,0722	Venda: 5,0728
COGN3	2,89	-0,34	-0,01	AZEVS3	12,55	+15,14	+1,65	VIVR3	3,77	-24,30	-1,21	Euronext 100	1.875,17	+0,67	Poupança			(17/10)	0,6695%	EURO Comercial	Compra: 5,7010	Venda: 5,7016	DÓLAR turismo	Compra: 5,0926	Venda: 5,2726
BBAS3	23,63	-0,55	-0,13	AZEVS3F	12,51	+14,56	+1,59	FSPE11F	0,24	-17,24	-0,05	CAC 40	7.956,7	+0,28											
SBSP3	32,20	+1,04	+0,33	MNDL3F	18,21	+11,72	+1,91	VIVR3F	4,07	-16,94	-0,83	FTSE 100	10.881,9	+0,38											

Economia

MERCADOS



Bovespa sobe 0,47% no dia, mas recua 0,17% na semana

CAROLINE ARAGAKI/AE

Após movimentos contidos pela manhã desta sexta-feira, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se firmou alta e renovou máxima na segunda etapa do pregão.

O Ibovespa (Índice Bovespa) subiu 0,47%, aos 205.082,56 pontos, com giro financeiro de R\$ 30,7 bilhões. Na semana dominada por cautela com eleição, cedeu 0,17%, mas acumula avanço de 10,06% em outubro e de 27,28% em 2026.

O Termômetro Broadcast Bolsa aponta que o otimismo com o Ibovespa ganhou força ao longo de outubro e atingiu o maior nível da sequência recente. No levantamento desta sexta, 66,67% dos participantes esperam alta do índice na próxima semana, após o segundo turno, contra 50% na pesquisa anterior.

Entre as blue chips, Petrobras e Vale subiram, seguindo os ganhos de 3% do petróleo Brent e de 0,6% do minério de ferro em Dalian. Entre os bancos, apenas Santander Brasil Unit caiu 0,79%. Até Bradesco abandonou a queda conforme

os operadores absorveram a frustração com o balanço do terceiro trimestre de 2026, e os papéis subiram 0,84% (ON) e 0,74% (PN).

DÓLAR

Após rondar a estabilidade pela manhã desta sexta-feira, e no início da tarde, o dólar à vista se firmou em baixa nas duas últimas horas do pregão e rompeu o piso de R\$ 5,00, encerrando nos menores níveis desde 9 de outubro. O real exibiu o melhor desempenho entre as principais moedas globais, em dia marcado por sinal predominante de alta da moeda americana no exterior.

Com mínima de R\$ 4,9891, na reta final dos negócios, o dólar à vista terminou o pregão em queda de 0,92%, a R\$ 4,9931 - menor valor de fechamento desde o dia 9 (R\$ 4,9851), quando o mercado ainda vivia a euforia provocada pela dianteira surpreendente de Flávio no primeiro turno. A moeda americana encerra a semana com perdas de 1,58% frente ao real, após alta de 1,77% na semana anterior.

RESTITUIÇÃO

Receita abre consulta a lote residual do Imposto de Renda

A Receita Federal abriu nesta sexta-feira a consulta ao lote residual de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Ao todo, 184.442 contribuintes serão contemplados com R\$ 531,6 milhões. O pagamento está previsto para 30 de outubro.

Segundo a Receita, o lote contempla declarações do Imposto de Renda de 2026 entregues fora do prazo ou que estavam retidas em malha fina e tiveram as pendências regularizadas pelos contribuintes, além de restituições residuais de exercícios anteriores.

Do valor total, R\$ 293,4 milhões serão destinados a contribuintes com prioridade legal. Serão beneficiados 5.424 idosos acima de 80 anos, 27.948 contribuintes entre 60 e 79 anos, 4.047 pessoas com deficiência física, mental ou com moléstia grave e 8.827 contribuintes cuja principal fonte de renda é o magistério.

O lote também contemplará 121.531 contribuintes sem prioridade legal que utilizaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram por receber a restituição por Pix. Outros 16.665 contribuintes não prioritários também receberão a restituição neste lote.

CONSULTA

A consulta pode ser feita no

site da Receita Federal. Basta acessar a área Meu Imposto de Renda e clicar em Consultar Minha Eestituição. O serviço também está disponível no aplicativo da Receita para celulares e tablets.

Além de verificar a liberação da restituição, o contribuinte pode consultar o extrato do processamento da declaração no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC). Caso sejam identificadas pendências, é possível enviar uma declaração retificadora.

CRÉDITO

A restituição é paga exclusivamente em conta bancária de titularidade do contribuinte. Se houver erro nos dados informados ou problema na conta indicada, o crédito não será realizado.

Nesses casos, o contribuinte poderá solicitar o reagendamento do pagamento junto ao Banco do Brasil por até um ano após a primeira tentativa de depósito. Após esse prazo, o resgate do valor deverá ser pedido por meio do portal e-CAC.

Também é possível fazer o reagendamento por meio da Central de Relacionamento BB, nos números 4004-0001 (capitais); 0800-729-0001 (demais localidades); 0800-729-0088 (deficientes auditivos).

OFERTAS DE CRÉDITO

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As propagandas de empréstimos obedecerão a novas regras a partir do próximo ano, decidiu nesta sexta-feira o Banco Central (BC). O órgão aprovou três resoluções para reforçar a proteção dos consumidores na contratação de crédito.

As mudanças também criam um painel para consulta de dívidas e aumentam as exigências para a oferta de crédito durante transações pelo Pix.

As medidas buscam evitar ofertas inadequadas, dar mais clareza sobre os custos dos empréstimos e ajudar os clientes a avaliar se conseguem assumir novas dívidas. As regras também preveem proteção adicional para pessoas em situação de vulnerabilidade financeira.

As resoluções serão implementadas em etapas. A regulamentação sobre ofertas ativas de crédito começa a valer em 31 de março de 2027. As regras sobre o Painel de Dívidas Consolidadas e sobre a oferta de crédito no Pix entram em vigor em 1º de julho de 2027.

O QUE MUDA?

As três resoluções tratam de situações diferentes da relação entre bancos e clientes:

- Resolução BCB 601: determina a disponibilização de um painel com informações sobre dívidas, além de simulações de custos e alertas antes de novas contratações.
- Resolução BCB 602: permite bloquear propagandas e ofertas ativas de crédito e estabelece proteção adicional para clientes em situação de vulnerabilidade financeira.
- Resolução BCB 603: estabelece regras para ofertas de crédito durante a iniciação de transações pelo Pix, incluindo consentimento prévio e intervalo mínimo antes da primeira oferta.

BLOQUEIO DE OFERTAS

Com vigência prevista para 31 de março de 2027, a Resolução BCB 602 estabelece regras para as ofertas ativas de crédito, como propagandas e mensagens que bancos e outras instituições financeiras enviam aos clientes para oferecer empréstimos e outros produtos.

Com a mudança, as instituições deverão disponibilizar um mecanismo claro para que o consumidor bloqueie esse tipo de publicidade.

Para clientes em situação de maior vulnerabilidade financeira ou com risco de endividamento excessivo, haverá exigências adicionais: as ofertas dependerão de autorização prévia, específica e inequívoca do cliente.

Nesses casos, as ofertas autorizadas deverão ter como objetivo melhorar as condições financeiras do consumidor, sem disponibilizar novos recursos para contratação de dívidas.

Veja exemplos de operações permitidas nesse contexto:

- **Renegociação:** substituir uma dívida por condições de pagamento mais adequadas.
 - **Portabilidade:** transferir uma operação de crédito para outra instituição, conforme as regras aplicáveis.
 - **Migração de produto:** trocar uma modalidade de crédito por outra com condições mais vantajosas.
- A medida não impede o cliente de procurar espontaneamente um banco, pesquisar opções e contratar produtos financeiros. O foco é aumentar o controle sobre as ofertas que chegam até ele.
- **Quando começa:** 31 de março de 2027.

PAINEL DE DÍVIDAS

Em vigor a partir de 1º de julho, a Resolução BCB 601 prevê que as instituições financeiras disponibilizem aos clientes o Painel de Dívidas Consolidadas. A ferramenta reunirá informações sobre operações de crédito

para facilitar a compreensão do endividamento e do comprometimento da renda.

Na prática, o painel deverá ajudar o consumidor a visualizar quanto deve e avaliar melhor o impacto de assumir uma nova obrigação financeira.

Antes de uma nova contratação, as instituições também deverão apresentar simulações dos custos da operação e de seus efeitos financeiros, acompanhadas de alertas quando houver situações de maior risco.

O SCR é uma base de informações sobre operações de crédito mantida pelo Banco Central. Já o Open Finance permite o compartilhamento autorizado de dados financeiros entre instituições participantes.

Inicialmente, o painel contemplará as operações mantidas na própria instituição financeira. Em uma etapa posterior, a integração com o SCR e o Open Finance permitirá ampliar a visão sobre as dívidas do cliente em diferentes instituições.

A ampliação dessas informações poderá ajudar o consumidor a ter uma visão mais abrangente de sua situação financeira e a identificar o peso das dívidas no orçamento.

CRÉDITO DURANTE O PIX

Também com vigência a partir de 1º de julho, a Resolução BCB 603 estabelece novas exigências para a oferta de crédito durante a iniciação de transações pelo Pix.

A medida busca evitar que o consumidor seja levado a contratar um empréstimo sem compreender adequadamente as condições da operação ou sem ter tempo suficiente para avaliar a proposta.

- Entre as exigências estão:
- Consentimento específico: a oferta de crédito dependerá de autorização prévia do usuário;
 - Prazo mínimo: deverá haver um intervalo de pelo menos 24 horas entre a habilitação da oferta e a apresentação da

- primeira oferta de crédito;
- Simulador: as instituições deverão disponibilizar ferramentas para simular as condições do crédito;
 - Consulta de operações: os clientes terão acesso a um ambiente para consultar as operações contratadas;
 - Regras adicionais: a resolução estabelece restrições para determinadas modalidades do Pix e regras para devoluções relacionadas a operações de crédito.

Uma das principais distinções é que a nova regulamentação não altera o recebimento normal de uma transferência pelo Pix: o beneficiário continuará recebendo o valor de forma instantânea e integral.

O foco das regras é a oferta de crédito associada à iniciação de transações, e não o funcionamento básico do sistema de pagamentos.

COMO AFETA?

As mudanças procuram dar ao cliente mais condições de avaliar propostas, controlar a publicidade recebida e compreender o impacto das dívidas antes de contratar novos empréstimos.

Na prática, o consumidor terá os seguintes benefícios:

- Mais controle sobre propagandas e ofertas ativas de crédito;
 - Proteção adicional em situações de vulnerabilidade financeira;
 - Informações mais organizadas sobre as dívidas e a capacidade de pagamento;
 - Simulações e alertas antes de assumir novos compromissos;
 - Mais transparência nas ofertas de crédito relacionadas ao Pix.
- As medidas, informou o BC, também buscam reduzir o risco de superendividamento, situação em que o consumidor acumula dívidas que comprometem sua capacidade de pagar as despesas e obrigações financeiras.

IBGE

Prévia da inflação oficial cai pela metade e fecha outubro em 0,32%

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A prévia da inflação oficial de outubro ficou em 0,32%, menos da metade do mês anterior (0,7%), conforme divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta sexta-feira.

O resultado faz com que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acumule 4,62% em 12 meses. Esse patamar fica acima da meta do governo, que tolera até 4,5% ao ano. Em setembro, o acumulado de 12 meses era 4,47%. Em outubro de 2025, o índice marcou 0,18%.

No grupo alimentação e bebidas, o IBGE destaca que a alimentação no domicílio subiu 1,01%. Em setembro, variou 0,38%.

O tomate, aliás, foi o preço individual que mais pressionou o IPCA-15.

Pelo lado dos recuos, os principais subítem foram cenoura (-10,67%), frutas (-1,37%) e café

moído (-1,16%).

No grupo transporte, a alta foi pressionada pelos combustíveis, que subiram 1,2% em outubro. Subiram os preços do óleo diesel (3,70%), etanol (2,73%) e da gasolina (0,92%). O gás veicular recuou 0,18%.

As passagens aéreas ficaram, em média, 9,24% mais em conta, sendo o subitem que mais puxou a prévia da inflação para baixo (impacto de -0,08 p.p.).

Único grupo a apresentar retração, a habitação (-0,10%) teve como principal contribuição negativa o custo da energia elétrica residencial, que variou -0,89%.

A explicação está na bandeira tarifária, que passou de amarela (com acréscimo de R\$ 1,885 a cada 100 Kwh consumidos) para verde, sem cobrança adicional para os consumidores. conta-de-luz.

Em setembro, a conta de luz (+7,42%) tinha sido o principal motor de alta do IPCA-15. A explicação foi a devolução do bô-

nus de Itaipu, desconto que os consumidores tiveram na conta de luz do mês de agosto. Sem o desconto, o preço voltou ao patamar normal em setembro.

Na avaliação do economista Roberto Luis Troster, coordenador do Centro de Estudos do Financiamento das Empresas Brasileiras (Cefeb) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), não houve alívio disseminado dos preços, e a maior pressão veio dos alimentos.

“A desaceleração mensal é bem-vinda, mas ainda não demonstra uma trajetória consistente de queda da inflação. Em resumo: ganhou-se uma batalha contra a inflação, mas a guerra ainda não acabou”, avalia.

IPCA 15 X IPCA

O IPCA-15 tem basicamente a mesma metodologia do IPCA, a chamada inflação oficial, que serve de base para a política de meta de inflação do governo: 3%

no acumulado em 12 meses, com margem de tolerância de 1,5 p.p. para mais ou para menos.

A diferença está no período de coleta de preços e na abrangência geográfica. Na prévia, a pesquisa é feita e divulgada antes mesmo de acabar o mês de referência. Em relação à divulgação atual, o período de coleta foi de 16 de setembro a 14 de outubro.

Os dois índices levam em consideração uma cesta de produtos e serviços para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos. Atualmente o valor do mínimo é R\$ 1.621.

O IPCA-15 coleta preços de 367 produtos e serviços (10 a menos que o IPCA) em 11 localidades do país (as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia.); e o IPCA, 16 localidades (inclui Vitória, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju).

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS



ACESSE NOSSO SITE

EVENTOS

Lula pode perdoar R\$ 15 bi de dívidas de empreendedores

P FRANCO DANTAS/AE

O coordenador da campanha de reeleição do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Camilo Santana, confirmou nesta sexta-feira, que governo vai encaminhar projeto de lei que propõe o perdão de dívidas ativas com a União de empresário do setor de eventos, restaurantes e bares enquadradas no Simples Nacional. Montante de débitos é de R\$ 15 bi-

lhões e medida pode atingir até 400 mil empreendedores. "Vamos encaminhar projeto de lei que possa perdoar a dívida ativa com União de todo o setor de eventos, inclusive muitos do Simples Nacional, donos de restaurantes, de bares. Essa dívida chega a R\$ 15 bilhões, são quase 400 mil empreendimentos", disse Camilo, que se encontrou com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), mais cedo para discutir essa proposta.

Além disso, Camilo Santana afirmou que, com a nova reforma tributária vigorando a partir de 2027, o governo não poderá mais oferecer subsídios fiscais, então deve propor uma linha de crédito para empreendedores do setor de eventos para que eles possam quitar suas contas com o Fisco. Segundo o ministro do Empreendedorismo, Paulo Henrique Pereira, o impacto fiscal da medida será "positivo", pois o custo para limpar dívidas é pe-

queno e reabilita o setor a ser tributado. Ele também reforçou que governo vai criar linha de crédito específica para aumento de produtividade das pequenas empresas, subsidiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), e atualizar o teto do Simples Nacional com base em cronograma em elaboração. "Queremos que todo o setor de eventos e artistas do Brasil saibam do compromisso do presidente Lula", afirmou Camilo Santana.

FIESP

Confiança da indústria cresce em outubro, mas setor segue pessimista

BEATRIZ GARCIA/AE

A confiança da indústria paulista subiu em outubro, mas ainda indica pessimismo, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O Índice de Confiança do Empresário Industrial de São Paulo (ICEI-SP) fechou o mês em 46,4 pontos, segundo pesquisa da Fiesp em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). A leitura está 2,9 pontos acima da de setembro (43,5) e 1,3 ponto acima

da de outubro de 2025 (45,1), mas abaixo da marca de 50 pontos, que separa o otimismo do pessimismo do setor. O indicador de condições atuais ficou em 39,8 pontos, alta de 0,5 ponto sobre setembro (39,3), mas 2,1 pontos abaixo de outubro do ano passado (41,9), no terreno pessimista (abaixo de 50). Já o indicador das expectativas subiu de 45,6 pontos para 49,7 pontos entre setembro e outubro, com alta de 3,0 pontos ante outubro de 2025 (46,7),

aproximando-se dos 50 pontos que apontam neutralidade. A Fiesp afirma que a melhora das expectativas pode refletir o resultado do primeiro turno das eleições, no início do mês. Para a entidade, o setor segue pressionado. Entre os obstáculos estão a Selic a 13,75% ao ano e as sobretaxas dos Estados Unidos, que somam 37,5% para a maioria dos produtos brasileiros sem isenção. Pesam ainda os custos das matérias-primas, em especial de

insumos derivados de petróleo, afetados pelas instabilidades no Oriente Médio, e o endividamento de famílias e empresas, que deve limitar a demanda por bens industriais. A Fiesp cita também a recente aprovação do fim da escala 6x1, que traz perspectiva de custo de trabalho maior. "Esse conjunto de fatores sustenta um cenário adverso para a atividade industrial no último trimestre de 2026, que poderá se estender a 2027", diz a federação.

FAZENDA

Durigan: próximo passo que Lula dará é cuidar da taxa de juros

FLÁVIA SAID
E MATEUS MAIA/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse o próximo passo que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), dará diz respeito à taxa de juros, para que o tema do endividamento seja "bem endereçado". "O próximo passo que o presidente Lula vai dar é trabalhar na taxa de juros. Porque a gente cuidou do desemprego, cuidou da inflação, cuidou da desigualdade, retomando um papel do Estado, com certo tamanho, com alguns cuidados, nós precisamos lidar com a taxa de juros para que o tema do endividamento, que acho que é um tema que ficou, inclusive, vindo da pandemia, seja bem endereçado agora", argumentou, em entrevista ao UOL, Durigan, que também é coordenador econômico do candidato Lula à reeleição.

Durigan seguiu dizendo que a taxa de juros explica, por exemplo, a dívida que o Tesouro Nacional tem. "Nós estamos entregando, já no orçamento do ano que vem, uma conta no azul para o País. Então, isso não explica o que está endividando o Tesouro. A taxa de juros explica." Segundo Durigan, o tema dos juros é "a milha final", após o equilíbrio do orçamento. "Esse é o grande desafio. Se a gente for mudar para pior, vamos trazer outros problemas de volta à luz do dia, sem conseguir equacionar o organismo, deixar o organismo todo saudável." Em entrevista ao UOL, ele reconheceu a necessidade de melhorar, mas mencionou que "a mudança não pode ser mudança para pior, mudança para o retrocesso". Ele também reconheceu um pedido da população para melhorar de vida

PAGAMENTO

Dívida pública é doméstica e não tem risco de calote

FLÁVIA SAID
E MATEUS MAIA/AE

O ministro da Fazenda e coordenador econômico do candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Dario Durigan, disse que a dívida pública brasileira é doméstica e rechaçou qualquer risco de não pagamento ou calote. "Toda a nossa dívida está praticamente na mão de brasileiros, de empresas, de setores, de instituições bancárias e financeiras brasileiras", afirmou em entrevista ao UOL. Ele admitiu o crescimento da dívida e atribuiu ao aumento da taxa de juros, alegando que, no governo Lula, o Banco Central (BC) é independente. "O papel do governo central é melhorar a condição fiscal, não tem dúvida disso", defendeu. "Não adianta a gente correr para dar uma resposta fácil e ilusória", acrescentou. Durigan reconheceu que os empresários reclamam de aumento de tributos, mas argumentou que o que foi feito foi uma revisão de benefícios tributários, como o Perse e a desoneração da folha de paga-

mentos. "Estamos fazendo um trabalho de equacionar o fiscal de modo que a receita venha mais do que a despesa. Isso foi feito nesse período. Cortar o gasto obrigatório e abrir espaço para que a gente faça um fiscal melhor e investimento é papel deste governo e a gente fez isso". E disse que o Orçamento de 2027 será positivo, com superávit, prometendo novamente que o governo vai melhorar a situação nos anos seguintes, "sem dar cavalo de pau e sem fazer loucura". "Não dá para querer vender para o mercado que no primeiro ano vai se resolver esse problema, porque não vai, é impossível que seja feito", completou. Segundo ele, será possível resolver a questão seguindo a cadência de corte de gastos obrigatório com o compromisso de baixar a taxa de juros e melhorar o resultado fiscal. Durigan negou que haja risco de recessão no País e sustentou que há um provável desaquecimento da economia em função de fatores como os juros altos, a guerra no Irã e o El Niño.

HORTIFRUTI

Americanas conclui venda de loja do Natural da Terra para o Oba

A Americanas avança em seu plano de vender lojas deficitárias do Natural da Terra para a rede Oba Hortifruti, no acordo de R\$ 69,3 milhões firmado em maio. Na quinta-feira, a empresa disse ter concluído a venda da sexta unidade, entre as dez previstas no contrato. As lojas foram vendidas como parte do plano de recuperação judicial. Os valores recebidos à vista e as parcelas subsequentes estão sendo depositados em uma conta vinculada para a amortização extraordinária de debêntures da Americanas, seguindo as diretrizes do seu plano de reestruturação. Na terça-feira passada, a Jus-

tiça do Rio de Janeiro decretou o fim da recuperação judicial da Americanas, que já havia requerido, em março, o encerramento do processo. A empresa teve de apelar à proteção contra credores em janeiro de 2023, com dívidas de R\$ 43 bilhões, após a revelação de inconsistências contábeis de cerca de R\$ 20 bilhões. De lá para cá, a varejista reduziu operações, reformulou sua atuação no e-commerce e concentrou esforços na recuperação das lojas físicas. A venda das lojas do Natural da Terra faz parte desse processo. Já para o Oba, a estratégia de comprar lojas deficitárias

apoia-se em ganho de escala e potencial de conversão. No varejo de vizinhança e hortifruti, a localização é o ativo mais valioso e difícil de conseguir. Muitas dessas unidades da Natural da Terra estão localizadas em bairros nobres e de alto poder aquisitivo no Estado de São Paulo, exatamente o público-alvo do Oba. O setor de varejo alimentar passa por um forte momento de consolidação. Ao absorver dez lojas de uma vez, o Oba acelera sua expansão no mercado paulista de forma muito mais rápida do que se tivesse que prospectar terrenos, conseguir alvarás e construir dez lojas do zero.

Pela sexta loja, o Oba Hortifruti pagou à vista R\$ 660,6 mil, valor que corresponde a 6,3% do total da operação. Segundo o comunicado, deduzidos os custos de fusão e aquisição, o saldo remanescente foi depositado para a amortização extraordinária das debêntures da 22ª emissão da companhia, conforme diretrizes do seu plano de recuperação judicial. O valor restante devido pelos ativos da sexta unidade será quitado em 24 parcelas mensais, iguais e consecutivas, corrigidas pela variação positiva do CDI, a partir da data do fechamento. O primeiro vencimento ocorrerá no dia 15 do mês subsequente.

IFP

Preço do frete sobe 13% no terceiro trimestre ante 3º trimestre de 2025

O preço médio do frete rodoviário no mercado spot atingiu R\$ 0,396 por tonelada por quilômetro no terceiro trimestre de 2026, alta de 13% na comparação com o mesmo período de 2025 (R\$ 0,350). Em relação ao segundo trimestre de 2026, no entanto, houve queda de 5,2%. Os dados são do Índice Frete.com de Preços (IFP), divulgado no relatório Frete Insights, a quantidade de fretes publicados na plataforma Frete.com ficou 18% abaixo do registrado um ano antes - quando o indicador alcançou o maior nível da série analisada - e 19% acima do volume do trimestre imediatamente anterior. Segundo o relatório, a alta anual de 13% ocorre sobre uma base de comparação em que o IFP estava no ponto mais baixo da série recente no terceiro trimestre de 2025. Os preços subiram no fim de 2025 e permaneceram elevados

ao longo de 2026. Entre os fatores associados a esse movimento, o estudo cita o encarecimento do diesel S-10 (cerca de 15% na comparação anual) e a estabilidade da relação de fretes por motorista, mesmo com a redução do volume publicado. Ao longo do trimestre, o ritmo de aumento ante 2025 desacelerou: a variação passou de 17% em julho para 12% em agosto e 10% em setembro. Na leitura mensal, o IFP foi de R\$ 0,403/t/km em julho, caiu 3,0% em agosto para R\$ 0,391/t/km e avançou 0,8% em setembro para R\$ 0,394/t/km. O preço médio do diesel chegou a R\$ 7,01 por litro no terceiro trimestre de 2026, ante R\$ 6,09 no mesmo período de 2025 (+15,1%), variação acima da do frete (+13,1%). Já frente ao segundo trimestre de 2026, o diesel ficou praticamente estável (-0,6%) enquanto o frete recuou 5,2%, movimento

que, segundo o relatório, indica compressão das margens operacionais de transportadores autônomos. O agronegócio respondeu por 47,3% dos fretes publicados no trimestre, com queda de 27,1% em relação ao terceiro trimestre de 2025 e alta de 31,1% ante o segundo trimestre de 2026. O relatório atribui a retração anual principalmente ao encerramento da janela de escoamento da soja e à região Sul, enquanto a recuperação trimestral foi associada ao avanço de fretes de milho (+165,3%) e fertilizantes (+108,2%), apesar da queda de soja (-40,0%) na mesma comparação trimestral. Na distribuição regional, todas as regiões tiveram queda anual no volume publicado, com recuos de 36% no Sul e 33% no Norte. O Sudeste registrou redução de 4,4%, mas ampliou sua participação no total monitorado de 37% para 43%. Entre os estados, São Paulo,

Minas Gerais e Goiás concentraram 51% dos fretes publicados, com participações de 21,83%, 18,13% e 11,04%, respectivamente. Por perfil de veículo, todas as carrocerias tiveram reajustes positivos na comparação anual. A categoria Caçamba liderou a alta (+21,5%, a R\$ 0,322/ton/km), seguida pelo Granelero (+15,2%, a R\$ 0,349/ton/km). Frente ao trimestre anterior, as maiores quedas foram observadas nas categorias Baú (-7,3%, R\$ 0,612/ton/km) e Sider (-7,6%, R\$ 0,512/ton/km). O indicador de Carga por Caminhão apontou Minas Gerais como o Estado de maior intensidade de demanda no terceiro trimestre, com 5,58 solicitações por motorista, seguido por São Paulo (5,06) e Goiás (4,84). Na análise por corredores, a rota Unai (MG) - Araguari (MG) registrou a maior densidade, com 9,16 solicitações por veículo.

PONTE NOVA ENERGIA SERVIÇOS LTDA.
CNPJ nº 20.447.112/0001-00

Edital de Convocação: Ficam convocados os sócios da Sociedade para Reunião de Sócios, que se realizará às 9h do dia 03.11.2026, na sede situada na Rua Lauro Müller, nº 116, sala 1807, Botafogo, Rio de Janeiro, para deliberar sobre: (i) a ratificação da cessão de quotas ocorrida entre sócios; e (ii) a ratificação da correspondente alteração do contrato social, celebrada em 21.08.2026. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2026.

Fernando V. C. Soares e Paulo Monteiro B. Filho Administradores.

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA
O POSTO DE GASOLINA AZUL DE SANTA CRUZ LTDA.- CNPJ: 10.909.177.0001-69 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação – SMDEIS, através do processo Nº 000230.000914/2026-12, a Renovação de sua Licença Municipal de Operação LMO Nº 103/2026 com validade de 120 (cento e vinte) meses para posto de revenda de combustíveis líquidos, com serviço de lavagem de veículos, situado na Avenida Areia Branca, nº 1461 – Santa Cruz – Rio de Janeiro – RJ em substituição da LMO Nº 001917/2016.

MÉRITO EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 58.022.153/0001-10 - NIRE: 33.300.033.297

Edital de Convocação de AGO/AGE: Ficam convocados os acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará na sua sede social à Avenida Nelson Cardoso nº 905 - sala 317 - Jacarepaguá/RJ, às 11:00hs do dia 07/11/2026, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia I) Ordinariamente - a) tornar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício social encerrado em: 31/12/2024, II) Extraordinariamente: a) - ratificação dos atos da Diretoria, e das alienações e permutas de imóveis efetivadas pela Diretoria no período, e b) - discutir outros assuntos de interesse social da sociedade. Rio de Janeiro, 26/10/2026. Antonio Barboza Vilhena - Diretor Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDEERH-RJ – Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida das Américas, nº 17150, Bloco 01, Sala 529, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22790-704, inscrito no CNPJ sob o nº 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da empresa BK Consultoria e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.022.122/0001-77, filiados e não filiados, lotados no Município do Rio de Janeiro, para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada por meio virtual, com apoio presencial na sede sindical, no dia 30/10/2026, às 14h, em primeira convocação, e às 14h30, em segunda e última convocação, para deliberarem sobre: a) autorização para celebração de ACT 2026/2027; b) condições econômicas e sociais; c) contribuição assistencial de R\$ 15,00 e direito de oposição; d) assinatura, transmissão e registro do ACT. Rio de Janeiro/RJ. Lindenberg Barbosa da Silva – Presidente.

CONTÁGIO

Sarna humana atinge 71 pessoas e suspende aulas em Atibaia

BÁRBARA MARQUES/AE

Uma escola municipal em Atibaia, no interior de São Paulo, suspendeu as aulas nesta sexta-feira, após registrar 71 casos de escabiose - conhecida como sarna humana - entre alunos e professores.

Segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), a doença é causada pelo ácaro *Sarcoptes scabiei* variedade *hominis* e a transmissão ocorre pelo contato prolongado com pessoas ou roupas e outros objetos contaminados.

Por se espalhar facilmente pelo contato pele a pele, ela geralmente é registrada em casas, escolas e creches. "É uma doença comum, que pode atingir qualquer pessoa, e não tem relação com falta de higiene", afirma a dermatologista do SÍrio-Libanês Marcela Cestari.

A médica explica que a escabiose ocorre quando o ácaro escava a camada mais superficial da pele para viver e pôr ovos. O principal sintoma é a coceira intensa, que piora à noite, com lesões parecidas com espinhas entre os dedos, nos punhos, nas axilas, na cintura, nos genitais e nas nádegas.

"O maior risco é a infecção bacteriana provocada pelo ato de coçar. Imunossuprimidos e idosos podem desenvolver a forma crostosa, que é mais grave e muito contagiosa", alerta Marcela.

DIAGNOSTICAR

O diagnóstico é clínico, feito a partir do exame da pele e da história do paciente. "Uma pista importante é quando várias pessoas da mesma casa ou da mesma turma sentem coceira à noite", diz a dermatologista.

Coceira persistente ou contato com alguém diagnosticado merecem uma visita ao médico. A avaliação deve ser rápida se houver pus, febre e crostas amareladas ou grossas.

Também é necessário buscar atendimento o quanto antes quando as lesões acometem bebês. Nestes, particularmente, elas podem atingir também a cabeça, as palmas das mãos e as plantas dos pés

TEM COMO PREVENIR?

Segundo Marcela, a melhor forma de prevenir é diagnosticar e tratar a doença cedo. "Quando surge um caso, o paciente e todas as pessoas com quem ele tem contato próximo devem ser tratados no mesmo dia, mesmo que não tenham sintomas", explica. Isso porque a pessoa pode transmitir a doença antes mesmo de sentir coceira.

Como o contágio se dá por contato direto com pessoas ou objetos contaminados, Marcela também orienta que roupas, toalhas e lençóis usados nos três dias anteriores ao início do tratamento sejam lavados com água quente ou guardados em saco plástico por alguns dias - o ácaro sobrevive pouco tempo fora da pele.

Além disso, é importante afastar quem tem a doença de ambientes coletivos, como creches e empresas, até o início do tratamento. "Em geral, a criança pode voltar à escola logo após o início, desde que o tratamento tenha sido feito corretamente", comenta.

A suspensão das aulas em locais com casos confirmados pode ajudar a organizar a avaliação dos alunos e a orientação das famílias, mas, sozinha, a medida não controla o surto, já que a transmissão continua em casa, entre os contatos próximos. "O que interrompe a cadeia é encontrar e tratar todos os casos e contatos ao mesmo tempo", reforça a dermatologista.

ESCABIOSE

O tratamento requer avaliação médica e envolve o uso de medicamentos. De acordo com Marcela, as duas principais medicações são a permetrina, uma loção aplicada no corpo todo, do pescoço para baixo, e a ivermectina, por via oral. Esta, porém, não deve ser usada por gestantes ou crianças com menos de 15 kg.

O tratamento é feito em duas etapas. A primeira mata os ácaros, mas não elimina todos os ovos que já estão na pele e que eclodirão nos dias seguintes. Por isso, a aplicação é repetida após uma semana.

"A segunda aplicação elimina os ácaros que nasceram nesse intervalo antes que cresçam e voltem a se reproduzir. Se ela não for feita, a infestação pode recomeçar, e parecerá que o remédio não funcionou", explica a dermatologista.

Com o tratamento correto, a cura é a regra.

SE A COCEIRA PERSISTIR?

A coceira pode persistir por algumas semanas após a cura por conta da sensibilidade ao ácaro.

Mas, se ela durar mais de duas a quatro semanas ou se surgirem lesões novas, é preciso de uma nova avaliação médica.

"A aplicação errada, a falta da segunda aplicação, a dosagem errada e não tratar os contatos ao mesmo tempo estão entre as principais causas de falha do tratamento", reforça Marcela.

Nº PODE CHEGAR A 36

Polícia investiga seis mortes de bebês em hospital de SP

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Polícia de São Paulo investiga a morte de seis crianças no Hospital e Maternidade Salvalus, da rede Hapvida NotreDame Inter-médica, na capital paulista. A secretaria de segurança pública de São Paulo (SSP) diz que os casos ocorreram neste ano e foram comunicados oficialmente na quarta-feira. A apuração está sob responsabilidade do 8º Distrito Policial (Brás).

"A autoridade policial realiza diligências, inclusive com as oitivas de profissionais de saúde e testemunhas, análise integral dos prontuários médicos, visando esclarecer as causas das mortes", diz a SSP.

O hospital Salvalus diz tratar

os relatos com máxima seriedade e ressalta que situações clínicas distintas não podem ser atribuídas a uma mesma causa sem comprovação técnica.

"Este ano, mais de mil crianças foram atendidas, com cuidados individualizados e equipes especializadas. As avaliações realizadas até o momento apontam históricos clínicos distintos, sem identificação de uma origem infecciosa comum entre os casos examinados", diz.

6 INVESTIGADOS

Embora a Secretaria de Segurança Pública confirme investigações preliminares sobre seis óbitos, relatos e documentos levantados por representantes jurídicos de familiares de crianças atendidas na unidade de saúde

já falam em ao menos 36 mães que perderam o filho.

A advogada Eduarda Fragnan Gomes, que presta auxílio jurídico às famílias, diz o grupo de apoio reúne cerca de 36 mães que compartilham relatos de perdas de seus filhos, sendo que 19 famílias já contam com assessoria direta e documentação reunida.

Ela aponta ainda que, com a repercussão da denúncia na imprensa, novas famílias têm procurado delegacias para registrar boletins de ocorrência e buscar reparações judiciais.

De acordo com Eduarda, o ponto em comum das ocorrências seria a contaminação hospitalar cruzada entre os bebês. De acordo com ela, embora alguns recém-nascidos apresen-

tassem condições pré-existentes decorrentes da gestação, nenhum deles tinha um quadro incompatível com a vida antes de contraírem a infecção.

"Uns tinham alguns problemas pré-existentes da gestação, mas nenhum deles era incompatível com a vida, nada que fosse levar à morte do bebê", ressaltou.

Segundo a unidade de saúde, "alegações apresentadas não podem ser generalizadas nem utilizadas para estabelecer conclusões sobre todos os atendimentos sem respaldo técnico".

"Afirmações sem a devida contextualização podem ampliar a angústia de famílias que já enfrentam momentos de grande vulnerabilidade", diz.

OBRA FARAÔNICA

Gestão Tarcísio assina contrato de sede do governo no centro de SP

MALU MÔES/AE

Oito meses após o leilão na B3, a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) assinou na quinta-feira, o contrato de concessão para construção e administração da nova sede do governo de São Paulo nos Campos Elíseos, no centro da capital. A parceria público-privada (PPP) tem duração de 30 anos e prevê investimento de R\$ 6,1 bilhões.

O consórcio Novo Centro, liderado pela construtora RZK, venceu a licitação em fevereiro. Como o Estádio mostrou, já na época, o prazo para erguer o novo centro administrativo, até 2031, preocupava a concessionária.

A estimativa inicial, porém, era assinar o contrato em julho e já dar início ao projeto. Idealizador da nova sede, o secretário estadual de Projetos Estratégicos, Guilherme Afif Domingos, afirma que a assinatura foi postergada por pedido da concessionária. "Eles pediram adiamento para poder cumprir todas as metas, levantar documentos e recursos, buscar fontes de financiamento em um mercado extremamente complexo."

A obra inclui a desapropriação de 312 imóveis para a construção de sete novos prédios nos arredores da Praça Princesa Isa-



PAULO PINTO/ABRASIL

bel. As negociações com os atuais moradores devem começar ainda este ano. A previsão é de que as intervenções nos Campos Elíseos comecem em 2027 e sejam entregues gradualmente a partir de 2028.

O governo afirmou já ter reservado R\$ 500 milhões para as desapropriações. Estimativa da gestão prevê gastos de

R\$ 676,9 milhões com o processo.

A concessionária ficará responsável pela habitação para as famílias de baixa renda desapropriadas ou removidas. O contrato prevê que as moradias sejam em bairros em um raio de até 3 km da atual residência - com exceção de pessoas que prefiram, por desejo próprio, mudanças

para áreas mais distantes.

"Quando vai para a via judicial, não temos muito controle do tempo, né? Então, imaginamos que pode ter algum problema no meio do caminho", afirmou em fevereiro o engenheiro civil Felipe Mahana, diretor da M4, integrante do consórcio ao lado da RZK, Zetta, Engemat e Iron Property.

RIO PEQUENO

Câmera registra grupo desovando corpo na zona oeste de São Paulo

GEOVANNA HORA/AE

Uma câmera de segurança flagrou o momento em que um grupo de quatro pessoas abandonou um corpo no Rio Pequeno, na zona oeste de São Paulo, na noite de quinta-feira. Esse é o 17º caso registrado na capital e na região metropolitana desde o início de setembro. As imagens foram divulgadas inicialmente pela TV Globo. O Estádio também teve acesso.

No registro, é possível ver um Renault Sandero preto estacionando na Rua Paulo da Silva, próximo ao número 154, às 20h32. Três pessoas que estavam do lado de fora do veículo se dirigem ao porta-malas. Na sequência, o motorista se junta a elas.

O trio retira o corpo do porta-malas e o arremessa em uma

área de mata, que fica abaixo de uma mureta, enquanto o motorista observa. Depois, os quatro retornam ao veículo e fogem.

Segundo o boletim de ocorrência, o grupo havia passado pelo local dois minutos antes de descartar o corpo. Eles usavam toucas que cobriam o rosto e dificultavam sua identificação.

O documento aponta que a vítima foi identificada como Jean Victor Sousa Guimarães. O corpo dele estava com as mãos amarradas e a cabeça envolvida em um saco plástico preto.

O tio do jovem, Vinícius dos Santos Sousa, disse aos policiais que Guimarães era natural de Valença, no litoral baiano, e havia se mudado para São Paulo há cerca de dois anos.

Sousa afirmou que não tinha contato com o sobrinho há meses, mas que o jovem era depen-

dente químico e desempregado. Segundo ele, Guimarães morou por um período com a tia, Cristiane dos Santos Lobão, em Cotia, na região metropolitana de São Paulo, mas depois retornou à capital, onde teria passado a cometer pequenos furtos.

O tio relatou que a vítima chegou a se mudar para Santa Catarina em busca de emprego, mas depois voltou a morar com Cristiane em São Paulo. Ele também identificou que Guimarães tinha uma tatuagem com o nome da avó no braço.

Cristiane, por sua vez, disse aos policiais que Guimarães havia ido trabalhar em Santos, no litoral paulista, onde se envolveu em uma briga com uma colega de trabalho, que o acusava de furto. Segundo a mulher, a discussão terminou em confronto, e os dois sacaram facas, o que

resultou na demissão do jovem.

Depois do ocorrido, Guimarães voltou a morar com Cristiane. Ela afirmou que viu o jovem pela última vez na tarde de quarta-feira, quando ele disse que iria comprar um lanche e não voltou mais.

No boletim de ocorrência, a Polícia Civil afirmou que as primeiras informações indicam que Guimarães foi morto com cinco tiros em um local desconhecido e que o corpo foi descartado na área de mata.

O corpo de Guimarães foi localizado pela Polícia Militar. A corporação afirmou que foi até o local onde a vítima estava após ser acionada, por volta das 20h50, para atender a uma ocorrência de encontro de cadáver.

O caso é investigado pelo Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP).

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 69ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 69ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, ("Agente Fiduciário") e **PIRELLI PNEUS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Campinas, estado de São Paulo, na Rua Nadir Dias de Oliveira, nº 2801, Cidade Satélite Irls, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.179.838/0001-37 ("Devedora"), em consonância com o disposto na cláusula 11.2 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 69ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores ("AEI"), a realizar-se no dia 11 de novembro de 2026 às 16 horas, de modo exclusivamente digital. A Assembleia será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AEI será instalada e fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a autorização para liberação do saldo excedente do Invendo de Reserva da operação de securitização lastreada em créditos imobiliários cedidos pela T2I Citirino Empreendimentos Imobiliários Ltda., após o transcurso de 18 (dezoito) meses da assinatura da Ordem de Imissão na Posse do Imóvel Locado, mediante alteração dos Documentos da Operação; (ii) Alterar a Cláusula 7.7.5 do Termo de Securitização e das disposições correlatas do Contrato de Cessão, para prever expressamente a liberação do excedente do Fundo de Reserva, a fim de incluir o seguinte texto: "*Decorridos 18 (dezoito) meses da Data de Imissão na Posse, observado que o Valor Mínimo do Fundo de Reserva passa a corresponder a 1 (uma) parcela do Aluguel Mensal, a Securitizadora deverá liberar à Cedente os valores excedentes ao referido Valor Mínimo do Fundo de Reserva, desde que: (a) não haja inadimplência das Obrigações Garantidas; (b) não tenha ocorrido Evento de Recompra Compulsória ou Evento de Multa Indenizatória; (c) não exista evento de vencimento antecipado dos CRI em curso; e (d) permaneça integralmente atendido o Valor Mínimo do Fundo de Reserva aplicável após o referido período.*" Fica designado que a Securitizadora, o Agente Fiduciário, e as demais Partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, estão autorizados a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. **Instruções Gerais:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da assembleia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia – CRI Pirelli", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (i) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (iii) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a liberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais Instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização e de Distribuição

PNI

Estudo lista 5 estratégias para aumentar taxas de vacinação

DALILA SANTANA/AE

Criado em 1973, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) ajudou o Brasil a controlar doenças que, durante décadas, representaram uma ameaça à saúde pública. A iniciativa tornou o País uma referência internacional em vacinação, mas esse cenário começou a mudar nos últimos anos.

A partir de 2016, o Brasil passou a registrar uma queda nas coberturas vacinais, tendência que se agravou durante a pandemia de covid-19. Segundo especialistas, a taxa de imunização de um conjunto de vacinas básicas caiu de 92% em 2015 para 68% em 2021

De acordo com o Ministério da Saúde, a redução está associada a diferentes fatores, como dificuldades de acesso aos serviços de saúde, desinformação, falta de confiança nas vacinas e menor percepção do risco de doenças que podem ser prevenidas pela imunização.

A recuperação começou em 2022, especialmente na vacinação infantil. Segundo o ministério, 15 das 16 vacinas do calendário infantil registraram aumento de cobertura em 2024, com crescimento médio de 17 pontos percentuais em relação a 2022. Apesar do avanço, o Brasil chega a 2026 com parte dos imunizantes ainda abaixo das metas estabelecidas pelo PNI.

A importância de recuperar a cultura da imunização será tema da entrevista "Prevenir é financiar o futuro: como recuperar a cultura de imunização", com Rosana Richtmann, infectologista e presidente da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) do Hospital e Maternidade Santa Joana e da Pro Matre Paulista, durante o

Summit Saúde 2026.

O evento será promovido pelo Estadão na próxima terça-feira, 27, em São Paulo. A entrada é gratuita e, para participar, basta preencher o formulário de inscrição disponível aqui.

MEDIDAS

Um estudo publicado em 2026 na revista científica Epidemiologia e Serviços de Saúde reuniu cinco estratégias que podem ajudar a reduzir a hesitação vacinal. O termo é usado para descrever a resistência, o adiamento ou a recusa em receber vacinas, mesmo quando elas estão disponíveis.

Desenvolvida em parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Fiocruz Mato Grosso do Sul, a pesquisa analisou 48 revisões sistemáticas publicadas entre 2012 e 2024. O objetivo foi identificar iniciativas capazes de orientar políticas públicas e melhorar a adesão à vacinação no Brasil.

Entre as ações identificadas pelos pesquisadores estão:

1 - Melhorar a comunicação com a população: criar campanhas com linguagem acessível e adaptadas a diferentes públicos, utilizando redes sociais, vídeos, aplicativos e contato direto. Envolver lideranças comunitárias também pode ajudar a esclarecer dúvidas e fortalecer a confiança nas vacinas.

2 - Capacitar os profissionais de saúde: oferecer formação contínua para que médicos, enfermeiros e outros profissionais possam orientar a população e esclarecer dúvidas sobre vacinas, utilizando recursos como treinamentos, lembretes, aplicativos e simulações.

3 - Facilitar o acesso às vacinas: ampliar os horários dos postos de saúde, oferecer unida-

des móveis e levar a vacinação a escolas, empresas e centros comunitários, reduzindo dificuldades de deslocamento e outras barreiras à imunização.

4 - Combater a desinformação: ampliar a atuação dos órgãos oficiais nas redes sociais, divulgar informações confiáveis, checar conteúdos falsos e monitorar a circulação de notícias enganosas sobre vacinas.

5 - Criar estratégias específicas para gestantes: integrar a vacinação ao pré-natal, orientar sobre a segurança e os benefícios das vacinas para mãe e bebê e facilitar o acesso às doses, com ações educativas, mensagens de texto e vacinação em maternidades.

De acordo com Ana Paula da Costa Marques, professora de microbiologia do Instituto de Biociências da UFMS e primeira autora do artigo, é importante ressaltar que não existe uma solução única. "As evidências mostram que intervenções combinadas e multifacetadas funcionam melhor do que ações isoladas", afirma.

DESAFIOS

Embora a pesquisa apresente caminhos para combater a hesitação vacinal, a análise tem limitações. O estudo foi direcionado à população adulta em áreas urbanas e às gestantes, deixando de fora populações rurais, ribeirinhas e indígenas. Para Ana Paula, isso reforça a necessidade de desenvolver ações adaptadas às diferentes realidades brasileiras.

"Uma estratégia que funciona em um cenário pode não funcionar em outro", destaca a pesquisadora.

Segundo Ana Paula, os principais obstáculos para colocar essas medidas em prática incluem a falta de infraestrutura,

os custos de implementação, as dificuldades de acesso à tecnologia e a necessidade de adaptação às condições locais. O desafio é garantir que as iniciativas cheguem à população sem ampliar as desigualdades.

"Não adianta convencer alguém de que as vacinas são seguras se a pessoa não consegue chegar à unidade básica de saúde para ser vacinada", ressalta.

VACINAÇÃO

Manter a caderneta de vacinação atualizada é fundamental para evitar que doenças já controladas voltem a circular. O sarampo é um exemplo disso. Em 2019, o Brasil perdeu a certificação de eliminação da transmissão endêmica da doença, reconhecimento que só foi recuperado em novembro de 2024.

Apesar da conquista, novos casos continuam sendo registrados. Em 2026, até o momento, foram confirmadas 61 infecções. Para Renato Kfoury, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), não basta alcançar altas coberturas vacinais, é necessário que elas sejam homogêneas.

"De nada adianta o Estado, o País ou mesmo um grande município ter 90% ou 95% de cobertura vacinal se houver localidades com índices de 40%, 50% ou 60%. Esses bolsões de baixa cobertura funcionam como reservatórios de pessoas suscetíveis, favorecendo a ocorrência de casos de doenças", diz Kfoury.

Ele lembra que, quanto maior a parcela da população vacinada, menor o risco de que casos isolados deem origem a cadeias de transmissão, já que as pessoas imunizadas funcionam como uma barreira à propagação de vírus e outros agentes infecciosos, ajudando a evitar novos surtos.

REDES SOCIAIS

Moderna e Merck divulgam dados de vacina contra câncer após vazamento

Detalhes de um estudo sobre uma vacina contra o câncer baseada em RNA mensageiro (mRNA), desenvolvida pela Moderna em parceria com a Merck, foram divulgados antecipadamente nas redes sociais, levantando questionamentos sobre a eficácia do tratamento. Os resultados, embora considerados amplamente positivos por analistas, ficaram abaixo das expectativas iniciais.

Em agosto, a Moderna anunciou que a vacina havia impedido a recorrência ou a disseminação do melanoma. O resultado foi considerado extraordinário, embora especialistas tenham alertado que seria fundamental

conhecer os detalhes do estudo, cuja divulgação estava prevista para sábado, durante o congresso da Sociedade Europeia de Oncologia Médica (ESMO).

O site especializado em câncer OncologyCentral aparentemente publicou parte desses resultados na quinta-feira, segundo capturas de tela compartilhadas na rede social X.

A sociedade médica afirmou que houve uma violação do acordo que proibia a divulgação antecipada dos dados.

Moderna, Merck e ESMO acabaram divulgando os resultados na quinta-feira.

"Reconhecemos plenamente a gravidade da situação e

suas possíveis consequências", afirmou uma porta-voz da entidade médica, acrescentando que a organização está investigando o episódio e que "medidas apropriadas estão sendo tomadas".

A vacina reduziu em 38% o risco de disseminação do câncer em pacientes com melanoma de alto risco, em comparação com um tratamento padrão de imunoterapia. Em nota divulgada antes da publicação dos dados completos, o analista Tyler Van Buren, do TD Cowen, afirmou que o resultado, embora favorável, ficou abaixo das expectativas.

Van Buren acrescentou que a

deterioração dos resultados entre os estudos de fases intermediária e avançada poderia indicar uma menor probabilidade de sucesso da vacina em casos nos quais o câncer já se espalhou pelo organismo ou em tumores "mais difíceis" de tratar. A Moderna e sua parceira Merck estão estudando a vacina para diversos tipos de câncer.

A vacina também reduziu em 42% o risco de recorrência do melanoma ou de morte no estudo, resultado que Van Buren e outros analistas classificaram como convincente. Representantes do OncologyCentral não responderam aos pedidos de comentários.

SUS

Mais Médicos Especialistas oferece 224 vagas imediatas em nova chamada

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

As inscrições para a segunda chamada do 3º ciclo do Projeto Mais Médicos Especialistas (PMM-E) estão abertas até o dia 29 de outubro. Os interessados devem se inscrever pelo Portal da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS).

A estratégia busca incentivar a presença de especialistas em regiões historicamente desassistidas, com o objetivo de ampliar o acesso à atenção especializada no Sistema Único de Saúde

(SUS) e reduzir o tempo de espera por consultas, exames e procedimentos.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

De acordo com o Edital nº 25/2026, serão 224 vagas de preenchimento imediato e 4.350 para cadastro reserva, distribuídas em 24 cursos de aperfeiçoamento, em áreas como anestesiologia, ginecologia e obstetrícia, cardiologia, urologia, psiquiatria, entre outras especialidades.

A Região Nordeste concentra

46% das vagas imediatas, seguida pelo Sudeste (21%), Norte (17%), Centro-Oeste (9%) e Sul (7%).

Do total de oportunidades, 55% serão destinadas a municípios do interior do país.

QUEM PODE PARTICIPAR

Os médicos precisam ter registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM) e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) também válido para participar do Projeto Mais Médicos Especialistas.

O RQE deve ter sido obtido

por meio de residência médica reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) ou de título de especialista reconhecido pela Associação Médica Brasileira (AMB).

FORMAÇÃO

Os médicos especialistas que forem selecionados vão compor as equipes de atenção especializada à saúde, atuando nas linhas de cuidado, redes temáticas e políticas prioritárias no âmbito do SUS.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

O nosso verdadeiro senhor e libertador

A história da salvação revela a grandeza das obras que Deus realizou e continua a realizar em favor dos seus. Ele conduziu o povo da antiga aliança, libertou-o do jugo egípcio, instruiu-o por meio dos profetas, sustentou-o nos períodos de privação, resgatou-o do exílio e concedeu-lhe a terra prometida. Esses acontecimentos foram prelúdios para a redenção definitiva operada pelo envio do Filho unigênito, que reconciliou consigo toda a humanidade. Revelado em plenitude em Jesus Cristo, o Deus vivo e verdadeiro é o nosso único Senhor e Redentor; fora d'Ele não há salvação. Todavia, quando nos deixamos abater pelo desespero e pela tibieza na fé, corremos o risco de confundir essa verdade fundamental. As contingências do cotidiano frequentemente assolam o espírito humano. Ora nos inquietamos com o sustento e os estudos, ora com os laços familiares e o futuro dos filhos, ora com as vicissitudes políticas e sociais. Embora nos caiba uma responsabilidade ética e moral na gestão desses compromissos temporais, tais deveres jamais devem ofuscar a nossa confiança na Divina Providência. Dou-vos um exemplo atual: em períodos de instabilidade política ou processos eleitorais, é legítima a preocupação pelo futuro de nossa Nação; todavia, como fiéis católicos, sabemos que, para além de qualquer governante transitório, o verdadeiro regente da história e dos corações humanos é unicamente Deus. Precisamos de atenção! Se a angústia pelas realidades materiais se torna excessiva, isso denuncia um certo negligenciamento da nossa vocação última: a vida eterna. A presente existência terrena é passageira; não há segundas chances além do limiar desta vida. Faz-se necessário, portanto, ordenar os valores: buscar em primeiro lugar a salvação e a santificação de si mesmo e do próximo, acolhendo as realidades temporais a partir da luz perene da fé e da paciência evangélica.

Na primeira leitura, o profeta Isaías — Is 45,1.4-5 — no contexto do final exílio da Babilônia, elucida essa verdade teológica do senhorio de Deus. Diante da expansão do império persa liderado por Ciro, os judeus cativos vislumbraram na ofensiva militar desse imperador uma via de libertação política e retorno à pátria, chegando a designar o monarca pagão como o ungido, o messias. As palavras do profeta, contudo, desfazem toda ilusão puramente imanente: o êxito de Ciro não provém de sua força militar autônoma, mas decorre unicamente dos desígnios soberanos de Javé, o verdadeiro autor da libertação, que se serve dos instrumentos da história para consumir a sua aliança. O mérito reside na soberania divina, e não no poderio dos potentados deste mundo. Nesse sentido, a Escritura nos ensina que Deus governa a marcha dos tempos e cumpre os seus desígnios para além das fragilidades e incompreensões humanas. Assim, podemos cantar com o Salmo 95(96): “Ó família das nações, dai ao Senhor poder e glória”, reafirmando que o tributo de louvor e a expectativa de redenção pertencem exclusivamente ao Altíssimo, que orienta tudo em vista da vocação universal à salvação.

No Evangelho – Mt 20,15-21 – Jesus, peremptoriamente, contesta a artimanha farisaica dizendo: “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mt 20,21). Os mestres da lei e fariseus, após terem sido silenciados pelos ensinamentos de Jesus através das parábolas, tramam a fim de encontrarem nas respostas do Mestre algum argumento para acusá-lo e condená-lo no tribunal. Iniciam com elogios adulares, típico cinismo, para depois lançar uma pergunta capciosa. A controvérsia da vez é sobre o imposto que, em verdade, subjugava o povo financeiramente, mas também religiosamente, pois nas moedas havia a imagem do imperador o que violava os mandamentos contra a idolatria. Era uma questão muito delicada e de muitas opiniões. Em resposta, o Senhor transcende a armadilha meramente política e restabelece a ordem teológica fundamental: se a moeda traz a estampa de César e pertence ao âmbito temporal, o ser humano traz gravada em si a imagem e semelhança do Criador e, portanto, pertence por inteiro a Deus. Por isso, a redenção trazida por Cristo não se reduz a um messianismo terreno ou político nos moldes de Ciro; é a libertação radical do pecado e da morte que opera no interior do homem.

O exemplo da vivência evangélica é dado por São Paulo na segunda leitura – 1Tes 1,1-5 –. A comunidade de Tessalônica prospera no seguimento de Jesus porque está “reunida em Deus” (1Tes 1,1). Essa é a ordem correta dos valores, pois a centralidade da nossa vida é Deus e com isso somos nutridos pela força do Espírito Santo. Quando em comunidade assumimos nossa vocação batismal, o Evangelho frutifica em nosso meio gerando fé, esforço, caridade e firmeza da esperança. A partir de uma vida de oração que abre os corações para a ação do Espírito Santo, podemos ser transformados e transformar a realidade. A presença do cristão nas realidades seculares só adquire autenticidade e fecundidade quando seu coração está inteiramente dedicado à graça divina, comprometido com a conversão interior e a salvação das almas por amor aquele que nos libertou para a verdadeira liberdade (cf. Gl 5,1).

Toda a liturgia deste dia converge para um único mandamento: reconhecer a soberania absoluta do Senhor sobre nossa existência e a história humana, recusando a ilusão de colocar nos poderes passageiros do mundo a esperança que só pertence ao Deus Pai de amor. Ele há de nos amparar em nossas necessidades temporais e espirituais. Meditemos, hoje, com a sabedoria de Santa Teresa d'Ávila, celebrada no último dia 15 de outubro, que diz: “Nada te perturbe, nada te espante. Só Deus basta”. Que as exigências temporais não sufiquem o anseio pela santidade, mas sejam assumidas como terreno fértil de testemunho cristão. Reunidos em um mesmo espírito, elevemos a Deus a nossa súplica com as palavras da oração da coleta da missa de hoje: “Deus eterno e todo poderoso, tornai-nos dispostos a obedecer sempre à vossa vontade e a vos servir de coração sincero”.

JUSTIÇA

Ana Clara: ativistas protestam no TSE contra decisão de Mendonça



NELSON JR/STF

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

Cerca de 100 pessoas protestaram nesta sexta-feira em Brasília contra decisão do ministro André Mendonça (**foto**) de suspender o impulsionamento pago de vídeo (de 2 minutos e 28 segundos) sobre o caso da menina Ana Clara em plataformas digitais. Ele atendeu a uma solicitação do candidato Flávio Bolsonaro.

O ato ocorreu em frente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), instituição que tem Mendonça como vice-presidente. O ministro decidiu ainda que a campanha deveria se abster de contratar novos impulsionamentos da gravação, sob pena de multa de R\$ 10 mil para cada alavancagem.

Ana Clara, de 5 anos, morreu, em 2021, em uma comunidade em Niterói, no Rio de Janeiro, atingida por tiro de fuzil disparado por um soldado da PM. O vídeo divulgado pela campanha de Lula expõe que, durante o mandato, o senador Flávio Bolsonaro defendeu o acusado.

Em debate na TV Band, ao ser perguntado sobre o caso, Bolsonaro disse que o exercício da advocacia não poderia ser criminalizado e, nem o acusado, condenado antes do julgamento.

CRÍTICA

De acordo com a presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM), Maria das Neves Filha, a decisão do ministro configura “censura”.

“Devemos denunciar essa censura flagrante à nossa democracia. Vamos tomar as medidas cabíveis para fazer com que a justiça prevaleça nesse caso.”

Ela lamentou o fato de a decisão ter sido proferida no último dia útil antes da votação. “É por isso que estamos na rua hoje.”

JUSTIFICATIVA

Na decisão de André Mendonça justificou que não se identifica, no material, conteúdo promocional autônomo da candidatura de Lula, e sim críticas apenas. “A mensagem publicitária dirige-se essencialmente à crítica e à desqualificação do candidato adversário.”

Outra observação do ministro é que o fato de que o vídeo trazer o depoimento da mãe da menina Ana Clara, Cristiane Gomes da Silva, não garantiria autorização de uso do material.

“A circunstância de o material reproduzir manifestações proferidas em debate eleitoral e depoimento de familiar da vítima não afasta, por si só, a irregularidade do impulsionamento remunerado.”

MARANHÃO

Barra do Corda afasta secretário por ameaça a eleitores do PT

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O prefeito de Barra do Corda, no Maranhão, Rigo Alberto Teles de Sousa, determinou, na quinta-feira, o afastamento do secretário municipal de Segurança Pública, Antônio James Mota da Silva, até o fim das eleições.

Em portaria, o prefeito afirma que a decisão foi motivada pelas declarações de James Mota que sugerem prisão e perseguição de eleitores e apoiadores do PT.

“Durante o período de afastamento, a administração municipal adotará as providências necessárias à continuidade dos serviços e ao regular funcionamento da Secretaria Municipal de Segurança”, diz trecho da portaria, publicada na rede social da prefeitura.

James Mota da Silva é sargento da Polícia Militar do Estado do Maranhão e está cedido à Prefeitura de Barra do Corda.

Segundo admitiu o próprio ex-secretário, as mensagens foram enviadas em um grupo fechado formado por policiais militares, no aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp.

OUTRO LADO

Em nota, publicada na im-

IGREJA ACORDOU

Grupo de bispos católicos se opõe a Flávio e apoia Lula

LÓREN SOUZA/AE

Em carta aberta aos católicos, bispos brasileiros se manifestam sobre o segundo turno das eleições. No documento, criticam práticas e posicionamentos defendidos pelo candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL), sem citá-lo, e que, na avaliação deles, vão de encontro a práticas democráticas e doutrinas defendidas pela Igreja. Além disso, convocam os eleitores a votar em defesa da democracia, dos valores humanitários, dos pobres e dos ensinamentos da Igreja.

Ao fim do documento, os bispos defendem o atual governo, também sem mencionar nominalmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “(A outra) candidatura que, embora também esteja sujeita a críticas, sempre manifestou responsabilidade com os pobres e com a Casa Comum e atuou dentro dos limites da ordem democrática, respeitando a Constituição. Gostar ou não do atual governo não pode ser razão para entregar o País nas mãos de quem manifesta tamanha contradição com os ensinamentos de nossa Igreja”, argumentam.

A carta foi assinada por 65 bispos de diversas dioceses do Brasil e está em alinhamento com a última Mensagem do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que veio a público na última quarta-feira.

O documento inicia com trecho de encíclica do papa Leão XIV, que defende a tomada de posição em situações de “conflitos nos quais não é justo permanecer neutro nem é suficiente

pensar ‘não ser cúmplice’”. Os bispos argumentam que o Brasil vive uma dessas situações em razão do cenário eleitoral, o que “exige tomar posição em nome do Santo Evangelho e da Doutrina Social da Igreja (DSI)”.

“Acreditamos ser necessário e urgente aplicarmos ainda mais em nossas preces pelo País e multiplicar mensagens para ajudar nos discernimentos”, defendem. “Votem para fazer a diferença. O cenário é muito grave, pois uma das candidaturas ameaça frontalmente diversos pontos centrais da DSI, a existência da democracia, a soberania nacional e a prática do bem comum”, continuam.

Ao longo do texto, a carta pontua uma série de práticas e posturas defendidas por Flávio Bolsonaro, mas que, segundo eles, vão de encontro a posições defendidas pela Igreja e pela DSI. Entre elas estão posturas relacionadas aos pobres, aos trabalhadores, ao armamento das pessoas, ao respeito às instituições e à soberania nacional.

TRABALHO

Segundo o documento, uma exortação apostólica critica posições que defendem “seria melhor deixar [os pobres] na miséria e ensinar-lhes antes a trabalhar” e que “a liberdade do mercado levará naturalmente à solução do problema da pobreza”. Os bispos também defendem também que mudanças tecnológicas devem ser avaliadas a partir “dignidade do trabalhador, do direito a uma remuneração suficiente e da efetiva possibilidade de participar na vida social”.

Diante disso, a carta defende que “um dos candidatos sempre

foi publicamente contrário aos programas sociais e de combate à pobreza, por desconhecer as causas da miséria no Brasil”. Com relação aos trabalhadores, os bispos afirmam que a mesma candidatura sempre foi contra o fim da escala 6x1 e defensora do pagamento por hora trabalhada, não reconhecendo a dignidade do trabalhador e podendo modificar as resoluções sobre esse tema.

TORTURA E ARMAMENTO

Outro ponto abordado pelos bispos diz respeito à tortura, prática considerada injustificável pela Doutrina Social da Igreja. “Um dos candidatos é publicamente favorável à tortura e sua família fez homenagens a um dos maiores torturadores da ditadura brasileira, o general Brilhante Ustra, que matou muitas pessoas”.

Em outro momento, a carta faz referência indireta à Ditadura Militar. “Não se trata apenas de uma escolha eleitoral, tantas vezes já praticada no Brasil, mas da possibilidade de uma mudança profunda nos rumos da nação, cujos exemplos na história do século XX deixaram cruéis e amargas lembranças”, argumentam.

A carta compara um possível governo de Flávio com o de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, no que se refere a liberação de armas. O aumento da disponibilidade de armas é temido pela DSI, que defende que é uma “ameaça grave para a estabilidade e a paz”.

PODER

Os bispos sustentam ainda que Flávio segue as ideias de seu

pai, citado como condenado e preso por atentar contra a democracia, tendo dado declarações contra à ordem constitucional. “Se eleito, governará com maioria absoluta no Congresso Nacional e no STF, criando as condições para uma usurpação do poder e submissão do país à sua ideologia”, concluem.

A carta ainda cita que a Igreja defende que “qualquer tentativa ou projeto de eliminar ou subjugar uma nação é gravemente imoral e, por isso, inaceitável”, o que encontraria oposição diante das posturas do candidato Flávio Bolsonaro. “Um dos candidatos promete submissão do Brasil aos Estados Unidos (EUA), fez parte de uma conspiração para taxar produtos brasileiros, defende a intervenção estrangeira em nossas eleições e promete entregar nossas terras raras à exploração dos EUA.”

MEIO AMBIENTE

O grupo também se diz preocupado pelo desrespeito à Ecologia Integral, elemento que ganhou centralidade na DSI. “Um dos candidatos não reconhece a crise climática, nega os problemas ecológicos e quer dar continuidade às políticas de devastação que caracterizaram o governo de seu pai e a atuação de seu partido no Congresso. Lembremo-nos da “Lei da Devastação” (nº 15 190/2025) aprovada no ano passado.”

A carta conclui ao falar mais uma vez sobre neutralidade. “Diante desses e inúmeros outros elementos, não podemos nos manter neutros, a fim de que nossa consciência ou a história não nos condenem no futuro.”

VICE DE FLÁVIO

Gilmar rejeita ação de Gaspar contra adversários que acusaram de estupro

GUSTAVO CÔRTEZ/AE

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou queixa de calúnia apresentada pelo deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL), vice na chapa presidencial de Flávio Bolsonaro, contra adversários que o acusaram de estupro. Na decisão, proferida nesta sexta-feira, ele cita a imunidade parlamentar e rejeita a atuação da Corte como árbitro do debate político.

“Nesse cenário, não cabe ao Supremo Tribunal Federal, no exercício da jurisdição penal, estabelecer uma espécie de gradação abstrata da gravidade ou da reprovabilidade das ofensas dirigidas pelos parlamentares uns aos outros. Tampouco compete à Corte atuar como instância ordinária de disciplina do debate político, substituindo os mecanismos institucionais de controle do decoro parlamentar”.

A denúncia mirava o deputado federal Lindbergh Faria (PT-RJ) e a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), que, em março, apresentaram notícia de



CARLOS MOURA/STF

fato à Polícia Federal sobre suposto abuso sexual de uma menor de idade por Gaspar. O crime teria resultado no nascimento de uma criança.

Essa acusação foi trazida a pú-

blico no mesmo dia em que Gaspar, então relator da CPI do INSS, apresentou o relatório final da comissão com pedido de indiciamento de 216, dentre as quais estava o Fabio Luis da Silva, o Luli-

nha, filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lindbergh e Soraya não apresentaram detalhes da denúncia e, quando questionados, disseram não o fazer com o objetivo de proteger os envolvidos e lhes garantir o anonimato. Um pedido de investigação chegou a tramitar no STF também sob a relatoria de Mendes, que o arquivou em outubro a pedido da Procuradoria-Geral da República, que afirmou, em parecer, não haver provas.

Mendes entendeu que o contexto de disputa política entre eles deve ser considerado e que uma ação criminal poderia interferir na autonomia da atuação parlamentar dos envolvidos.

“É nesse cenário que as declarações devem ser examinadas. A reprovabilidade das palavras empregadas não dispensa a consideração das circunstâncias em que proferidas, sobretudo quando se trata de aferir a incidência da imunidade parlamentar material, cuja finalidade é preservar a liberdade e a independência no exercício do mandato legislativo.”

Nota

PAZOLINI ACIONA JUSTIÇA CONTRA ATAQUES POR TELEFONE DISFARÇADOS DE PESQUISA NO ES

A coligação de Lorenzo Pazolini (Republicanos), candidato ao governo do Espírito Santo, apresentou nesta sexta-feira, uma notícia-crime ao Tribunal Regional Eleitoral contra ligações automatizadas que, segundo a campanha, simulam pesquisas para atacar o candidato e o presidenciável apoiado por ele, Flávio Bolsonaro (PL). Uma gravação transcrita na petição associa os dois à defesa do trabalho pago por hora e afirma que a medida poderia retirar férias, 13º salário e FGTS, além de reduzir salários. Em seguida, pergunta se o eleitor mudaria seu voto para Ricardo Ferraço (MDB), adversário de Pazolini no segundo turno. A petição não identifica os responsáveis pelos disparos. Na Quaes mais recente, divulgada no dia 14, Pazolini tinha 47% das

intenções de voto, ante 38% de Ferraço. Brancos e nulos somavam 10%, e indecisos, 5%. O instituto ouviu 1.098 eleitores entre 10 e 13 de outubro. A margem de erro é de três pontos percentuais, com confiança de 95%. O registro da pesquisa é ES-00468/2026. No primeiro turno, Pazolini recebeu 1.048.633 votos, ou 49,65% dos válidos, e Ferraço, 719.397, equivalentes a 34,06%. Segundo a coligação, as chamadas começaram em 15 de outubro e se intensificaram na quinta-feira. Os advogados apontam indícios de mascaramento dos números de origem e sustentam que as mensagens usam a aparência de uma consulta de opinião para induzir o voto. A campanha pede a abertura de inquérito pela Polícia Federal, a identificação dos responsáveis e financiadores e medidas para interromper as chamadas. "Nunca defendi tirar um direito sequer de quem trabalha", afirmou Pazolini, em nota.

AMIGÃO DE FLÁVIO

Moraes bloqueia até R\$ 6 bi do advogado Willer Tomaz

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta sexta-feira o bloqueio de até R\$ 6 bilhões do advogado Willer Tomaz. O ministro também ordenou quebra dos sigilos bancário, fiscal e cambial, além da suspensão dos passaportes e a paralisação das atividades econômicas, financeiras e empresariais de todas as empresas do advogado.

Willer é investigado pela Polícia Federal (PF) por suspeitas de lavagem de dinheiro relacionado a negócios envolvendo bets. O valor bloqueado se refere a bens móveis, imóveis, aviões e barcos.

As medidas foram tomadas pelo ministro após a PF descobrir que Willer Tomaz viajou para Miami, nos Estados Unidos, após ser alvo, em agosto, de busca e apreensão na Opera-

ção Sem Desconto, que investia descontos indevidos nas aposentadorias e beneficiários do INSS.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), o Banco Central, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) serão comunicados sobre a decisão para efetuarem os bloqueios determinados. Com a ordem de quebra de sigilo, as instituições bancárias deverão fornecer todos os dados bancários de Willer Tomaz, incluindo a Alcazar Holdings, sediada na Ilha da Madeira, em Portugal.

O advogado ficou conhecido nos últimos meses no contexto da campanha eleitoral por ter uma relação de amizade com o candidato Flávio Bolsonaro (PL). Em entrevistas, o candidato disse que mantém apenas relações pessoais com Willer Tomaz e negou ter relações comerciais com o advogado.



STF

ZONA SUL

MPT apura carta de supermercado a funcionários com teor eleitoral

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ) informou nesta sexta-feira que registrou uma Notícia de Fato (NF) para apurar o envio de uma carta pela rede de Supermercados Zona Sul a seus funcionários, às vésperas da eleição.

No texto, a rede defende o

"voto consciente" e que "chegou a hora de mudar". Assinado pelo presidente da empresa, o documento "não cita nominalmente nenhum candidato, mas defende uma revisão de prioridades, posturas e modelos".

O documento foi denunciado pelo vereador Rick Azevedo (PSOL), eleito deputado federal. Ele escreveu que "a rede de su-

permercados de elite da zona sul distribuiu aos funcionários uma carta assinada pelo presidente da empresa em defesa do "voto consciente". O texto fala em "esgotamento de ciclo e "necessidade de mudança".

"Isso é assédio eleitoral. Cadê o TSE?", disse o parlamentar.

No documento, a rede Zona Sul descreve que o Brasil é um

país que enfrenta três formas de esgotamento: ético, moral e de modelo. "O primeiro estaria relacionado à perda de espaço dos princípios e da responsabilidade com o interesse público. Já o segundo seria marcado pela deterioração da confiança nas instituições e pela naturalização de situações que deveriam provocar indignação".

SEM PRECEDENTES

Mais de 50 mil mortes na Europa no verão foram causadas por calor

O calor sem precedentes que atingiu a Europa neste verão contribuiu para a morte de mais de 50 mil pessoas - quase dois terços das quais foram atribuídas às mudanças climáticas causadas pelo ser humano -, segundo um novo estudo.

Os pesquisadores criaram modelos de mortes relacionadas às altas temperaturas, segmentados por faixas etárias, em 854 cidades europeias durante as sucessivas ondas de calor de junho, julho e agosto. Eles constataram que 50.391 pessoas morreram em razão das temperaturas elevadas; desse total, 32.619 óbitos foram decorrentes do calor adicional provocado pela queima de carvão, petróleo e gás. Os dados constam em um estudo a ser publicado em uma próxima edição da Nature Health.

O número representa um aumento de 71% em relação ao recorde anterior de mortes associadas ao calor de verão na Europa que foi registrado em 2022, quando 29.480 pessoas perderam a vida. A informação é dos mesmos pesquisadores que, no início deste mês, publicaram um estudo sobre as mortes anuais ocorridas no verão e relacionadas ao calor nessas cidades europeias.

Além disso, os autores do estudo ressaltam que o número de mortes neste verão é, na verdade, muito maior, uma vez que não foi contabilizada uma onda de calor ocorrida em maio, e o levantamento considerou apenas os óbitos nessas 854 cidades - que representam cerca de 40% da população europeia.

Aproximadamente um terço dos óbitos ocorreu durante uma onda de calor particularmente

intensa entre 17 de junho e 1º de julho, quando as temperaturas ficaram 5,3 graus Celsius (9,5 graus Fahrenheit) acima do normal, destacou o coautor do estudo, Garyfallos Konstantinoudis, estatístico do Imperial College London.

"Em grande parte da Europa ocidental e setentrional, nossa infraestrutura simplesmente não foi projetada para lidar com o tipo de temperaturas que estamos vendo agora, devido aos efeitos do aquecimento causado pelo ser humano", afirmou a autora principal do estudo, Clair Barnes, climatologista do Imperial College London.

Ela acrescentou que algumas cidades europeias registraram temperaturas de até 12 graus Celsius (21,6 Fahrenheit) acima do normal neste verão.

Desses 50 mil óbitos, mais de 32.000 foram atribuídos ao calor adicional decorrente das mudanças climáticas causadas pelo ser humano, indicou o relatório. Itália, França, Espanha e Alemanha registraram o maior número de mortes, segundo o estudo. Entre todas as capitais europeias, Roma foi a que apresentou o maior número de falecimentos relacionados ao calor no período entre 2000 e 2025, apontou o estudo, publicado no início deste mês.

Dose extra de calor devido à queima de combustíveis fósseis

Este já teria sido um episódio de calor natural fora do comum, ao qual se somam os enormes efeitos das mudanças climáticas, explicou Barnes. Ele destacou que a Europa é o continente que aquece mais rapidamente, situando-se 2,5 graus Celsius (4,5 graus Fahrenheit) acima dos níveis pré-industriais.

"O simples aquecimento de base decorrente da atividade humana - principalmente da queima de combustíveis fósseis - está elevando todas as nossas temperaturas, em uma magnitude que pode parecer bastante pequena", afirmou. "Para muitas pessoas, sem dúvida, esses dois graus e meio (Celsius) adicionais de aquecimento são o que fará com que as temperaturas passem de desconfortáveis para perigosas, e potencialmente mortais."

Mais da metade das pessoas que morreram devido ao calor na Europa neste verão tinham pelo menos 85 anos de idade; contudo, as temperaturas sufocantes também causaram a morte de mais de 800 pessoas com idades entre 20 e 44 anos, indicou Konstantinoudis.

COMO SE CALCULA

A equipe utilizou um método científico estabelecido e aceito para determinar quantas das 50.000 mortes se deveram ao calor natural do verão e quantas se deveram aos gases de efeito estufa. Foram realizadas simulações computacionais de um mundo sem mudanças climáticas, comparando-as com os óbitos ocorridos neste verão. A diferença corresponde ao número de falecimentos causados pelo aquecimento global.

A porcentagem de mortes por calor atribuíveis ao aquecimento global aumentou de cerca de 45%, no início da década de 2000, para 65% atualmente, destacou Barnes. "Os verões estão ficando mais quentes, e as ferramentas analíticas para atribuir mortes ao calor estão se tornando mais precisas", comentou o Dr. Howard Frumkin, ex-diretor

do Centro Nacional de Saúde Ambiental dos Estados Unidos, que não participou do estudo. "Somadas, essas duas tendências resultam em contagens cada vez maiores - e cada vez mais precisas - de mortes relacionadas ao calor."

A equipe científica também precisou recorrer a modelos estatísticos para chegar ao número base de 50 mil mortes por calor, uma vez que esses óbitos são subnotificados e, embora sejam um fator importante, raramente constam nos atestados de óbito, explicou Konstantinoudis. Vários especialistas externos concordaram com ele, classificando os métodos empregados como de vanguarda.

Os pesquisadores aplicaram uma equação matemática complexa, já utilizada em diversos estudos revisados ??por pares - explicou Barnes -, a qual incorpora faixas etárias específicas e temperaturas para cada uma das 854 cidades, baseando-se em uma temperatura local ideal que coincide com o menor número de mortes. Quando o clima fica mais quente ou mais frio, a equação calcula o excesso de mortes em relação às condições de menor mortalidade.

Posteriormente, os pesquisadores compararam seus cálculos com estimativas em tempo real provenientes de órgãos governamentais. Na maior parte dos casos - embora nem sempre -, os resultados foram bastante convergentes, disse Konstantinoudis. Os métodos da equipe, aplicados às ondas de calor de maio e junho no Reino Unido, apontaram um excesso de 2.700 mortes, enquanto a agência nacional de estatísticas de saúde indicou o número de 2.800, detalhou ela.

NOVA LIMA

Vale informa que não tem mais barragens em nível de emergência

JULIANA GARÇON/AE

A Vale informou que não possui mais barragens em nível de emergência em Nova Lima (MG) após a Agência Nacional de Mineração (ANM) encerrar, neste mês de outubro, o nível de emergência da estrutura B7A, na Mina de Águas Claras (MAC). A medida foi tomada após a conclusão das obras de descaracterização da barragem, finalizadas em junho.

Com a intervenção, a B7A deixou de acumular água ou sedimentos e não exerce mais função de barragem. A empresa afirmou que, conforme previsto na legislação, foram iniciados os monitoramentos exigidos após a conclusão da obra.

Segundo a gerente-geral de Geotecnia da Vale, Angélica Silva, a ausência de estruturas em emergência no município é "um marco importante" e resultado de um trabalho contínuo de segurança. Ela acrescentou que o avanço na Mina de Águas Claras ocorre em paralelo à "abertura gradual do

território", com a entrega de novos espaços à sociedade.

No conjunto de ações na Mina de Águas Claras, a Vale também concluiu a descaracterização da barragem 8B e do dique auxiliar da barragem 5. Já as estruturas 7B e 5-MAC estão em fase de desenvolvimento de projeto. As obras na barragem B6 começaram neste ano e têm conclusão prevista para o segundo semestre de 2027.

As intervenções fazem parte do Plano Ambiental de Fechamento de Mina (PAFEM), que define diretrizes para o fechamento seguro das estruturas e a recuperação ambiental da área, considerando a destinação futura.

Em paralelo, a companhia diz avançar no projeto de Uso Futuro da Mina de Águas Claras, com a conversão gradual da área para conservação ambiental e atividades de esporte, lazer, cultura e turismo sustentável. De acordo com a empresa, cerca de 93% dos mais de 1.900 hectares do território são destinados à conservação da biodiversidade.

SEGURANÇA

ANP faz acordo com PRF para reforçar atuação nas rodovias

DENISE LUNA/AE

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informou nesta sexta-feira, que assinou um acordo de cooperação técnica e operacional com a Polícia Rodoviária Federal (PRF). O foco é reforçar a atuação conjunta nas rodovias federais. O extrato do termo foi publicado no *Diário Oficial da União* na quinta-feira passada.

Segundo a ANP, a parceria busca desenvolver ações e estabelecer procedimentos de cooperação para ampliar iniciativas ligadas à segurança pública e viária e à fiscalização dos setores regulados pela agência no ambiente das estradas federais.

O acordo prevê acesso personalizado da ANP ao sistema

de processamento de tráfego viário da PRF e, em contrapartida, o compartilhamento de sistemas e bases de dados da agência sobre produção e movimentação de produtos regulados, além de relatórios voltados à análise de fiscalizações.

O termo também menciona outras integrações tecnológicas, com intercâmbio de conhecimentos, informações e tecnologias entre as instituições.

Não haverá transferência de recursos financeiros. O acordo terá duração de 60 meses, com possibilidade de prorrogação.

A ANP ressalta que mantém parcerias semelhantes com diferentes órgãos públicos em todo o País para atuação conjunta no mercado brasileiro de combustíveis.

SÃO PAULO

Guarujá cobrará taxa de até R\$ 145 para entrada de veículos de turistas

GEOVANNA HORA/AE

A Prefeitura de Guarujá, na Baixada Santista, confirmou nesta sexta-feira, que a cobrança da Taxa de Preservação Ambiental (TPA), aplicada aos veículos de turistas que entrarem na cidade, deve começar em 2027.

Em nota, a administração municipal afirmou que os estudos técnicos preliminares já foram concluídos. O próximo passo será a abertura do processo licitatório para a contratação da concessionária que será responsável pela operação. Segundo a prefeitura, o edital será publicado ainda neste ano.

Embora esteja prevista para o ano que vem, a cobrança ainda não tem data específica para começar.

A medida foi aprovada pela Câmara Municipal no fim do ano passado. A taxa será cobrada por dia de permanên-

cia, de acordo com o tempo que o veículo ficar na cidade, com limite de 15 diárias por veículo por mês. O valor será calculado com base na Unidade Fiscal de Guarujá (UFG), atualizada anualmente. Em 2026, cada unidade corresponde a R\$ 4,86.

- Para motocicletas, a taxa será de 1,5 UFG, que corresponde a R\$ 7,29;

- Para veículos de passeio de até 8 lugares, a taxa será de 4 UFG, que corresponde a R\$ 19,44;

- Para vans, utilitários e pick-ups, a taxa será de 8 UFG, que corresponde a R\$ 38,88;

- Para micro-ônibus, a taxa será de 20 UFG, que corresponde a R\$ 97,20;

Para ônibus e caminhões, a taxa será de 30 UFG, que corresponde a R\$ 145,80.

Os moradores da cidade terão direito à isenção para até quatro veículos emplacados em Guarujá por residência.

ISRAEL

Às vésperas de eleição, Netanyahu promete ofensiva

PEDRO LIMA/AE

Às vésperas das eleições parlamentares de Israel, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu prometeu uma ampla ofensiva militar em Hebron, na Cisjordânia ocupada, e ordenou preparativos para o fechamento total do território, após um ataque que matou dois soldados israelenses. O premiê, que busca um novo mandato nas urnas na terça-feira, também determinou o isolamento imediato de Hebron, informou seu gabinete nesta sexta-feira.

Durante visita ao local do confronto, Netanyahu afirmou que as forças israelenses atuarão no bairro onde viviam os dois palestinos apontados como autores do ataque. "Retiraremos os moradores, iremos de casa em casa, recolheremos as armas e toda a infraestrutura terrorista será enfrentada e destruída", declarou.

Segundo o Exército israelense, os agressores chegaram a uma posição militar perto do cruzamento de Yehuda, nos

arredores de Hebron, e trocaram tiros com soldados por cerca de 20 minutos. Os dois palestinos morreram no confronto, que deixou ainda três militares israelenses levemente feridos. As forças de Israel afirmam ter impedido um atentado contra civis.

Netanyahu convocou uma reunião de emergência do gabinete de segurança e responsabilizou o Hamas pelo ataque, sem apresentar detalhes que comprovassem o envolvimento do grupo. O ministro das Finanças, Bezalel Smotrich, defendeu uma operação abrangente na Cisjordânia para retirar o controle da Autoridade Palestina, embora não haja evidências de ligação do órgão com os atacantes

A votação de terça-feira será a primeira eleição nacional israelense desde o ataque do Hamas contra Israel, em 2023. No domingo, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, declarou apoio "completo e irrestrito" à reeleição de Netanyahu, a quem chamou de parceiro essencial no enfrentamento ao Irã.

SUSPENSÃO JUDICIAL

Chefe de fronteiras de Trump defende muro no Texas

O comissário da Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos (CBP, na sigla em inglês), Rodney Scott (**foto**), defendeu os planos do governo Donald Trump de construir um muro e outras estruturas na região de Big Bend, no Texas, apesar da oposição local e de uma ordem judicial que suspendeu as obras. Em entrevista exclusiva à Associated Press (AP), afirmou que proteger as fronteiras do país é um objetivo "inegociável".

Scott argumentou que o projeto de US\$ 46 bilhões é necessário, embora uma coalizão bipartidária de proprietários de terras, empresários e ambientalistas o considere um desperdício de recursos públicos capaz de prejudicar uma área que registra historicamente poucas travessias de migrantes.

"Nosso objetivo número um, desde o início, é saber quem e o que está entrando nos Estados Unidos", disse na quinta-feira. Segundo ele, deixar Big Bend sem infraestrutura de segurança, enquanto outras áreas da fronteira são fortificadas, fará com que a região seja "completamente invadida e destruída".

O plano, financiado por republicanos no Congresso, prevê muros de aço de até 9 metros, barreiras para veículos, estradas e sistemas de vigilância ao longo de cerca de 3.200 quilômetros da divisa com o México. O governo afirma construir 19 quilômetros por semana. Scott disse que o muro principal ficará pronto até dezembro de 2027 e que o projeto será concluído até o fim do segundo mandato de Trump. "Estamos, na verdade, adiantados em relação ao cronograma", afirmou.

Neste mês, um juiz determinou a suspensão das obras em Big Bend, incluindo o parque nacional da região, diante do risco de "danos graves e irreparáveis" aos autores da ação. O governo recorreu à Suprema Corte. A oposição ao projeto reúne inclusive parlamentares republicanos.

Após escavações serem vistas removendo terra no parque em agosto, Scott suspendeu as atividades de construção no local para dialogar com



WIKIPÉDIA

moradores. Sem detalhar os planos devido às disputas judiciais, assegurou que não haverá muros altos de aço dentro do parque. Ressaltou, porém, que as barreiras naturais não impedem travessias ilegais e que cartéis mexicanos poderiam explorar eventuais brechas.

A frente de uma agência com 67 mil funcionários, Scott também abordou as críticas às operações migratórias da CBP no interior dos EUA. A atuação ganhou destaque após a morte do americano Alex Pretti, baleado durante uma ação em Minneapolis por agentes da Patrulha de Fronteira e da CBP, episódio que levou o governo a reduzir operações ostensivas nas cidades.

O comissário disse que a CBP continua auxiliando o Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE, na sigla em inglês), mas diminuiu sua presença longe das fronteiras após o ICE ampliar seu efetivo. Evitou comentar a investigação do FBI sobre a morte de Pretti.

Em visita à fronteira com o Canadá, Scott alertou ainda para o uso crescente de drones por cartéis mexicanos para transportar contrabando e monitorar agentes americanos.

O Departamento de Segurança Interna estabeleceu restrições temporárias a voos não autorizados de drones em uma faixa de 1,6 quilômetro ao norte da fronteira com o México. "Queremos garantir que essa ameaça não entre nos Estados Unidos", disse.

AJUSTE FISCAL

Chile tem queda do PIB e desemprego em alta

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Eleito com a promessa de reduzir o Estado, cortar impostos e reativar a economia, o presidente do Chile, José Antonio Kast, vem enfrentando uma crise econômica em apenas sete meses de mandato, com retração do Produto Interno Bruto (PIB) e desemprego em alta em meio a um ajuste fiscal.

No terceiro trimestre de 2026, o país registrou aumento de 1 ponto percentual (p.p.) no desemprego em 12 meses, que chegou a 9,6%. Além disso, houve queda de 0,3% no Produto Interno Bruto (PIB), depois de uma retração de 0,2% no 2º trimestre. O desempenho levou Kast a lançar, no final de setembro, um programa de investimentos públicos para tentar reativar a economia.

O plano prevê investimentos de 1,3 bilhão de pesos chilenos, com objetivo de criar empregos por meio de obras de infraestrutura, subsídios para criação de novos postos de trabalho e apoio ao financiamento de empresas.

Kast tomou posse em março deste ano, prometendo um plano de austeridade com corte de 3% das despesas do Estado e redução de impostos para empresas. A fórmula é semelhante à adotada nos Estados Unidos (EUA), por Donald Trump, e na Argentina, por Javier Milei.

Diante do choque no preço dos combustíveis nos últimos meses, motivado pelas guerras

no Oriente Médio, o governo Kast decidiu não intervir para reduzir o preço, devido ao custo fiscal da medida. Com isso, o valor da gasolina e do diesel vêm crescendo com efeito inflacionário sobre toda economia.

Nesse cenário, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a previsão de 1,8% de crescimento do PIB chileno em 2026, calculada em julho, para 0,6%, segundo projeção de outubro. Este é o segundo pior resultado da América do Sul, atrás apenas da Bolívia, onde o FMI prevê uma recessão de 3% neste ano.

O especialista em Chile e professor de economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Fernando Henrique Lemos Rodrigues argumentou à *Agência Brasil* que o corte nos gastos praticado por Kast prejudica uma economia com dificuldades.

"Ele está freando a expansão dos gastos. Só isso já dá um impacto brutal sobre a economia chilena, porque ela está diante de uma conjuntura bastante precária no seu principal setor, que é do cobre", disse.

MINERAÇÃO EM QUEDA

As dificuldades na exploração de cobre vêm alimentando a crise. De janeiro a agosto deste ano, a produção está 8% inferior ao mesmo período de 2025, segundo a Câmara Mineira do Chile.

O doutor em teoria econômica Fernando Rodrigues explica que o cobre representa entre

40% e 50% do total das exportações chilenas.

"O esgotamento de algumas minas e os problemas de tecnologia para extração do minério, somados a eventos climáticos extremos que impediram o escoamento da produção e a movimentos operários por aumentos salariais, têm criado entraves à economia do cobre", avalia o professor da UFRRJ.

CORTE DE GASTOS

A agenda de austeridade do presidente José Antonio Kast, um admirador da ditadura chilena de Augusto Pinochet (1973-1990), previa uma redução bruta de 3% nos gastos do Estado. Os dois primeiros informes do governo indicaram uma redução de despesas da ordem de 2 trilhões de pesos, algo em torno dos 0,6% do PIB chileno.

Um levantamento do jornal chileno The Clinic, que analisou decretos de 17 das 25 pastas do governo, calculou que o corte ultrapassou US\$ 1,4 bilhão. A maior redução foi na saúde, que teve menos 413 bilhões de pesos chilenos.

Os demais ministérios mais afetados foram Habitação (corte de 200 bilhões); Educação (197 bilhões) e Trabalho (141 bilhões). Os cortes no ministério da Previdência somaram 706 milhões.

Rodrigues destacou que, ao mesmo tempo que deduz despesas em áreas sociais, o governo corta impostos das empresas. Para ele, isso se reflete em

perda de receita do Estado, mas sem aumento dos investimentos privados.

"O rico faz o que nesse momento de extrema incerteza que é a crise? Ele pega esse dinheiro da redução dos impostos e retira do circuito econômico, normalmente direcionando a aplicações financeiras. É isso que ele faz", explicou.

ORÇAMENTO 2027

Para o orçamento de 2027, o governo prevê um aumento de 1,5% do PIB nas despesas, crescimento menor que o previsto anteriormente. Organizações e movimentos sociais têm denunciado a retirada de recursos de programas sociais.

A Fundação Horizonte Cidadão, criada pela ex-presidente Michelle Bachelet, apontou que os cortes no orçamento de 2027 devem prejudicar 48 programas sociais focados na população mais pobre, que somam 325 bilhões de pesos.

"Estes resultados contrastam com a promessa de campanha do presidente José Antonio Kast de que reduziria os gastos fiscais sem cortar benefícios sociais", registrou o Centro de Investigação Jornalística (CIPER) do Chile.

Cortes anunciados na educação têm mobilizado estudantes no país em marchas que acabam em repressão policial. Nesse cenário, o recém-empossado presidente do Chile registra taxas superiores a 60% de desaprovação após apenas sete meses no poder.

TENDÊNCIA

Grécia aprova proibição de redes sociais para menores de 15 anos

GLAUCIA CAMPOS/AE

O governo da Grécia aprovou nesta sexta-feira, um projeto de lei que proíbe menores de 15 anos de fazerem uso de redes sociais. A medida está prevista para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2027.

Em publicação nas redes sociais, o primeiro-ministro Kyria-

kos Mitsotakis afirmou que as plataformas digitais devem criar uma forma de verificar a idade dos usuários e proteger a privacidade deles.

A medida acompanha uma tendência de outros países europeus que têm buscado endurecer o acesso de menores de idade às redes sociais devido aos efeitos

sobre a saúde e segurança.

"Quando essa rolagem infinita rouba de uma criança o sono, a capacidade de se concentrar, o tempo com os amigos - todos os pais têm o dever de intervir. E nós, como Estado, devemos apoiá-los. Hoje, estamos votando o projeto de lei para estabelecer um limite de idade para o acesso às redes

sociais", declarou.

A Grécia está entre os sete países da União Europeia que tentam encontrar uma solução para a verificação de idade em conjunto com a Comissão Europeia. A Austrália foi o primeiro país a aprovar uma medida de restrição do uso de redes sociais por menores de idade, em 2025.

CLIMA DE MEDO

Ucraniano é preso na Alemanha por suspeita de espionagem para Rússia

Um tribunal alemão determinou nesta sexta-feira, a prisão de um cidadão ucraniano suspeito de espionagem para a Rússia, enquanto o chanceler da Alemanha, Friedrich Merz, alertou que o país provavelmente enfrentará novos casos semelhantes.

O ucraniano, identificado apenas como Vadym Y., de acordo com as regras alemãs de privacidade, é acusado de coletar informações militares para a Rússia, incluindo detalhes sobre a produção de armamentos, pessoal e instalações militares envolvidos na proteção do flanco oriental da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), informou a Pro-

curadoria Federal alemã.

Acredita-se que o homem mantinha contato com um serviço de inteligência russo por meio de um intermediário desde pelo menos julho de 2025. Segundo os procuradores, parte das informações coletadas era proveniente de fontes públicas, mas outros dados foram solicitados a representantes da indústria europeia de armamentos.

Ele foi preso pela Polícia Criminal Federal no Estado de Brandemburgo, no nordeste da Alemanha, de acordo com os procuradores. "É um sucesso que este caso tenha sido descoberto", afirmou Merz na quinta-feira, duran-

te uma visita a Montenegro. "Mas não devemos nos iludir. As atividades dos serviços de inteligência russos na Alemanha continuam tão intensas quanto sempre foram." Merz afirmou que a Alemanha provavelmente enfrentará novos casos semelhantes "nos próximos meses e anos".

Várias pessoas foram presas na Alemanha neste ano sob suspeita de espionagem em favor da Rússia. Em janeiro, uma mulher com cidadania alemã e ucraniana foi detida por suspeita de coletar informações de inteligência para um contato na Embaixada da Rússia. Em março, uma romena foi presa sob acusação de espio-

nar uma pessoa que fornecia drones e componentes à Ucrânia a partir da Alemanha.

Outras pessoas detidas neste ano e no ano passado foram acusadas de atuar em nome dos serviços de inteligência da China ou do Irã.

No início de outubro, August Hanning, que chefiou o Serviço Federal de Inteligência da Alemanha (BND, na sigla em alemão) entre 1998 e 2005, foi preso sob suspeita de ter repassado segredos de Estado a uma agência de inteligência estrangeira. Os procuradores não identificaram a agência à qual ele teria transmitido as informações sigilosas.

Nota

COREIA DO SUL PROPÕE NEGOCIAÇÕES MILITARES COM NORTE PARA EVITAR CONFRONTOS NA FRONTEIRA

A Coreia do Sul propôs nesta sexta-feira negociações militares com a Coreia do Norte para esclarecer a localização da linha de demarcação entre os países e evitar confrontos acidentais. A iniciativa ocorre após explosões de minas terrestres, em 21 de setembro, ferirem três soldados sul-coreanos. Segundo Seul, os artefatos foram instalados pelo Norte ao sul da linha divisória, acusação negada por Pyongyang. O vice-ministro sul-coreano para Política de Defesa, Kim Hong-cheol, afirmou que as conversas

devem permitir "confirmar mutuamente a localização exata da linha de demarcação militar terrestre", além de discutir o restabelecimento das comunicações militares e medidas para prevenir confrontos. Ele acrescentou que Seul aceita a participação do Comando das Nações Unidas, liderado pelos Estados Unidos, em negociações trilaterais. As Forças Armadas sul-coreanas afirmam que soldados norte-coreanos cruzaram a linha divisória 50 vezes neste ano durante trabalhos de fortificação, levando suas tropas a responder com tiros e transmissões de advertência. Pyongyang vem instalando minas, cercas, estradas táticas e barreiras antitanque na fronteira, uma das mais militarizadas do mundo.